



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**PANÓPTICO DO SISTEMA ONU: O INSTITUTO INTER-REGIONAL DE  
PESQUISA PARA CRIME E JUSTIÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNICRI)**

**ANA PAULA WINCK ALVES**

Foz do Iguaçu

2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**PANÓPTICO DO SISTEMA ONU: O INSTITUTO INTER-REGIONAL DE  
PESQUISA PARA CRIME E JUSTIÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNICRI)**

**ANA PAULA WINCK ALVES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Dra. Suellen Mayara Peres de Oliveira

Co-orientador: Prof. Dr. João Roberto Barros II

Foz do Iguaçu

2021

ANA PAULA WINCK ALVES

**PANÓPTICO DO SISTEMA ONU: O INSTITUTO INTER-REGIONAL DE  
PESQUISA PARA CRIME E JUSTIÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNICRI)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto Latino-Americano de Economia,  
Sociedade e Política da Universidade Federal  
da Integração Latino-Americana, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais e  
Integração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dra. Suellen Mayara Peres de Oliveira  
UNILA0

---

Prof. Dr. João Roberto Barros II  
(UNILA)

---

Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira  
(UNILA)

---

Prof. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci  
(UNILA)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Ana Paula Winck Alves

Curso: Relações Internacionais e Integração

	Tipo de Documento
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

Nome da orientadora: Prof. Dra. Suellen Mayara Peres de Oliveira

Nome do co-orientador: Prof. Dr. João Roberto Barros II

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a minha mãe e às  
mais de 590.000 vítimas da COVID-19.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores por terem me guiado não só nesta pesquisa, como também em minha trajetória acadêmica. Agradeço, primeiramente, à Prof. Dra. Suellen Mayara Peres de Oliveira por ter sido uma grande mentora durante meus anos de graduação, muito antes do nascimento deste trabalho. Agradeço por ter sido compreensiva e ter me acolhido nos momentos difíceis dessa longa caminhada. Sou extremamente grata, também, por todos os ensinamentos durante esses anos. Ao observar seu papel como professora, aprendi que, mais do que ensinar, o professor que tem capacidade de ser empático com seus aprendizes, consegue construir algo maior em sua caminhada, relações duradouras e ensinamentos eternos.

Ao Prof. Dr. João Roberto Barros, agradeço por ter sido um grande mentor em meu caminho dos estudos de Michel Foucault, sendo a razão de estar escrevendo este trabalho hoje. Não fosse por ele, talvez, nunca teria me apaixonado pelos ensinamentos do filósofo francês. Agradeço imensamente pelo companheirismo e pela maestria com que me orientou durante anos de pesquisa, sempre exigindo o melhor em meus trabalhos e me mostrando o caminho, quando estava perdida. Sou grata também pela paciência para que eu trilhasse essa caminhada. Sou grata também aos professores da banca, Gustavo Oliveira Vieira e Tereza Maria Spyer Dulci, pela contribuição durante a graduação e os apontamentos para este trabalho. Por fim, agradeço a todos os professores que estiveram presentes e atuantes durante a pandemia de maneira virtual, jamais abandonando seu papel.

Agradeço, também, a minha família por todo o apoio durante toda minha vida, sempre prezando pelos meus estudos. Agradeço imensamente à minha mãe, Roselei Winck, por sempre ter me incentivado nos estudos, nunca deixando faltar nada, mesmo quando em nossas piores situações. Agradeço por sempre ter ficado ao meu lado, independente das dificuldades, e por ser sempre o porto seguro com o qual eu podia contar. Nunca esquecerei suas palavras que sempre ecoam em momentos de dúvida: “podem nos tirar quase tudo, mas o conhecimento ninguém nos tira”. Um dos meus motivos para querer seguir a carreira acadêmica é poder repassar todos os meus conhecimentos para que mais pessoas possam ter essa certeza na vida. Ao meu padrasto, Astor Paulo Schaefer, também agradeço pelos ensinamentos e por ter me acolhido e me dado uma nova família, com meu irmão e minha irmã, a quem também dedico este trabalho. E, por ter sempre estado ao nosso lado, quando precisamos.

Sou extremamente grata também aos meus amigos e colegas de curso, que me acompanharam durante todos esses anos, entre risadas e choros, problemas acadêmicos e pessoais. Agradeço à Paula Sperafico Bernardi, Bruno Rotava, Karenn Rossetto e Leonardo Marafon por permanecerem sempre perto, mesmo que há quilômetros de distância, sendo sempre alicerces com quem sabia que podia contar. Meus agradecimentos à Ariadne Taissa Ferreira, Carlos Iandro Almeida, Pedro Ebert, Renan Costa, Josiane Ferreira de Souza, Thamara Duarte, Francielle Yumi, Caio Maia, Danielle Sales, Leo Valdez, Paulo, Maria Eduardo Cação Rosa, Maynara Sales e Soraya Angelica Silva Jordan, companheiros de UNILA, por estarem ao meu lado sempre que precisei. Agradeço a vocês pelos ensinamentos e o companheirismo nos momentos bons e nos difíceis, pelo apoio a este trabalho e, principalmente, pela presença nestes tempos pandêmicos, mesmo que virtualmente.

## RESUMO

O trabalho busca analisar as evoluções dos conceitos de crime e defesa social a partir da perspectiva de Michel Foucault, observando os modos de operação, bem como a construção da sua ausência e presença na sociedade internacional. Para tanto, definimos como objeto de estudo o Instituto Inter-regional de Pesquisa para o Crime e Justiça das Nações Unidas (UNICRI), órgão pouco ou não discutido dentro da academia na área de Relações Internacionais. A metodologia utilizada é da análise genealógica dos discursos com levantamento de informações a partir da investigação do site do Instituto, seguido da revisão de fontes documentais e bibliográficas. Em primeiro lugar, debatemos as premissas teóricas da disciplina, enfocando no pós-modernismo e nos conceitos de Michel Foucault. Posteriormente, analisamos de forma genealógica, minuciosamente, o funcionamento prático e discursivo do Instituto, a fim de determinar quais os seus aspectos disciplinares e biopolíticos, desenvolvendo a teoria do panoptismo de Foucault. Em terceiro lugar, realizamos uma análise comparativa de dois documentos oficiais – relatórios anuais – de diferentes períodos históricos do UNICRI, mostrando suas principais atividades e temas de debate, observando suas mudanças e semelhanças ao longo das décadas, finalizando com reflexões acerca da sociedade de risco. Assim, busca-se observar como o UNICRI atua como o panóptico do regime de segurança internacional dentro do sistema ONU, definindo, a partir de práticas e discursos, o que é o crime e como deve ser abordado, levando a normalização da Criminologia na esfera da sociedade internacional.

**Palavras-chave:** Crime. Defesa social. Panóptico; Sociedade de risco. UNICRI.



## ABSTRACT

The essay aims to analyze the evolutions of the concepts of crime and social defense from Michel Foucault's perspective, observing the modes of operation, as well as the constructions of its absence and presence in the international society. For that, it was defined as object of study the United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI), a scarcely discussed organism or not discussed at all inside the academia in the area of International Relations. The adopted methodology is genealogical analysis of discourses with data collections from an investigation of the Institute's website, followed by a revision of documental and bibliographical sources. In the first place, it was debated the theoretical premises of the discipline, focusing on post-modernism and Michel Foucault's concepts. Then, it is genealogically analyzed, thoroughly, the practical and discourse operations of the Institute, with the goal of determining its disciplinary and biopolitical aspect, developing Foucault's panoptism theory. In third place, it is developed a comparative analysis of two official documents – annual reports – of different historical moments of UNICRI, showing its main activities and debate themes, showing its changes and similarities throughout the decades, ending in reflections on the risk society. Thus, it is aimed to observe how UNICRI acts as the panopticon of the international security regime inside the UN system, defining from practices and discourses what is crime and how to handle it, leading to the normalization of the international society.

**Keywords:** Crime. Social defense. Panoptic. Risk society. UNICRI.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>FIGURA 1 – ORGANOGRAMA NÃO-OFICIAL DO UNICRI.....</b>	<b>29</b>
<b>FIGURA 2 – NUVEM DE PALAVRAS DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO UNICRI COM BASE NA TABELA DO ANEXO 1.....</b>	<b>31</b>
<b>FIGURA 3 – NUVEM DE PALAVRAS DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM PARCERIA COM O UNICRI COM BASE NA TABELA DO ANEXO 1.....</b>	<b>31</b>
<b>FIGURA 4 – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (LISBOA, PORTUGAL) .....</b>	<b>33</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPOL	ACADEMIA EUROPEIA DE POLÍCIA
ECOSOC	CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS
EUISS	INSITUTO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA
EUROPOL	SERVIÇO EUROPEU DE POLÍCIA
INTERPOL	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE POLÍCIA CRIMINAL
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OECE	ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA EUROPEIA
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OTAN	ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE
QBRN	QUÍMICA, BIOLÓGICA, RADIOLÓGICA E NUCLEAR
SELEC	CENTRO DE FORÇA POLICIAL DO SUDESTE EUROPEU
UNICRI	INSITUTO DE PESQUISA PARA CRIME E JUSTIÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
UNODC	ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIMES
UNSDRI	INSTITUTO DE DEFESA SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS
UNSSC	FACULDADE DE FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 AS TEORIAS PÓS-MODERNAS: ANA LEITORA DE FOUCAULT .....</b>	<b>15</b>
<b>2 O INSTITUTO INTER-REGIONAL DE PESQUISA PARA CRIME E JUSTIÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNICRI).....</b>	<b>24</b>
<b>3 MELHOR PREVENIR DO QUE REMEDIAR: A SOCIEDADE DE RISCO .....</b>	<b>38</b>
3.1 O DESENVOLVIMENTO DA CRIMINOLOGIA .....	38
3.2 ANÁLISE COMPARATIVA: DOS PRIMÓRDIOS DO UNSDRI À ATUALIDADE DO UNICRI.....	40
3.3 EM DEFESA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL .....	46
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>Anexo A – Tabela de dados das atividades encontrados no site do UNICRI.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso não é o fim de uma pesquisa, mas sim uma etapa de um longo caminho. O estudo da criminologia passou por diversas mutações ao longo dos anos, sendo, inicialmente, uma disciplina voltada para análises internas dos Estados, focadas nos indivíduos. Atualmente, observamos como o tema do Crime e da Justiça estão fortemente presentes também na comunidade internacional. Dessa forma, optamos por estudar um organismo de pesquisa na área criminológica internacional dentro do sistema ONU, o Instituto Inter-regional de Pesquisa para Crime e Justiça das Nações Unidas (UNICRI).

O UNICRI é um órgão proveniente da Assembleia Geral da ONU, responsável por promover pesquisas e treinamentos relacionados aos temas de crime e segurança e, portanto, escolhemos documentos a fim de compreender se o UNICRI é responsável por criar normativas, conceitualizações que reverberam nos poderes executivos e na sociedade civil da comunidade internacional. Sendo assim, utilizando a crítica pós-moderna/pós-estruturalista das relações internacionais como marco teórico-metodológico, foi realizada uma pesquisa visando compreender a construção dos discursos com as práticas das organizações, através da genealogia como evidenciação da relação saber-poder. Assim, objetiva-se a inserção no debate de análise pós-positivista das relações internacionais, para além do *mainstream* da disciplina. A metodologia a ser seguida será a análise genealógica dos discursos.

A genealogia é caracterizada por ser uma análise demorada, profunda e detalhista dos documentos, justo porque foca naquilo considerado banal ou já verdadeiro. Assim, ao utilizar-se também da prática, explora aquilo tido como natural. Dito isto, a genealogia observa os documentos como classificação e captura dos objetos moldados pelas tecnologias disciplinares sendo, portanto, a relação saber-poder o foco metodológico. Por fim, um mecanismo analítico é a denominação dos “dispositivos”, segundo Foucault, que constituem práticas discursivas e não discursivas que definem e controlam o normal e o patológico (LE MOS; JÚNIOR, 2009, p. 356).

Nas Relações Internacionais, observamos que as análises são altamente focadas no Estado como agente principal – quando não o único – do sistema internacional. Isso faz com que o escopo dos estudos fique voltado a apenas um ponto da realidade, negligenciando todo o resto a sua volta e toma as premissas estatais como únicas e verdadeiras. Portanto, daí a

importância de redirecionarmos nossas investigações para o olhar questionador daquilo que é tomado como natural e de explorar todos os sujeitos que compõem uma realidade. Com isso, podemos examinar como as relações de saber-poder, que afetam os indivíduos, estão irradiando horizontalmente por diversos tipos de instituições e mecanismos de poder, não apenas a partir de um único ponto de partida vertical. Isso também afeta toda a dinâmica da sociedade internacional.

No primeiro capítulo, discorremos sobre a experiência pessoal e acadêmica da autora na área de Relações Internacionais e como isso influenciou sua escolha de pesquisa e visão de mundo. Portanto, nos inspiramos no texto clássico de Roger Chartier, *Foucault leitor de Foucault* e, neste contexto, abordamos o caminho que a levou a escolher o filósofo francês Michel Foucault como referência principal em seus estudos, levando em consideração que o local de fala da escritora é a América Latina. Portanto, também dissertamos sobre o desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais e suas principais vertentes teóricas. Iniciamos com os primeiros panoramas epistêmicos da área, finalizando com a crítica pós-moderna, em especial os conceitos foucaultianos. Por isso, foi feita a escolha do UNICRI como objeto de estudo do TCC.

No segundo capítulo, introduzimos o organismo que escolhemos estudar, fazendo o recorrido histórico de sua formação. O UNICRI é a forma consolidada do Instituto de Defesa Social das Nações Unidas (UNSDRI), existindo desde os anos 1960, e responde ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Dito isto, nesta etapa, buscamos realizar um levantamento de dados sobre os principais tipos de atividades do Instituto, bem como seu funcionamento interno organizacional. Para tanto, utilizamos documentos de programas estratégicos e, principalmente, o site do organismo, notícias e relatórios. Neste momento, realizamos uma relação do Instituto com o panóptico foucaultiano, explorando a atuação do mesmo como dispositivo biopolítico.

No terceiro e último capítulo, desenvolvemos uma análise comparada entre dois documentos oficiais do Instituto. O primeiro deles é um Relatório Anual de 1988, do UNSDRI, enquanto o segundo é um Relatório Anual de 2020, do UNICRI. O objetivo deste estudo é demonstrar as mudanças e permanências do funcionamento do órgão, bem como observar as evoluções do conceito de crime e de defesa social ao longo dos anos. Esta fase da pesquisa contará com uma breve dissertação acerca das teorias criminológicas, seguido de um levantamento de dados qualitativos de ambos os relatórios, finalizando com uma análise sobre a sociedade de risco.

## 1 AS TEORIAS PÓS-MODERNAS: ANA LEITORA DE FOUCAULT

Este trabalho iniciou na graduação de Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Logo, possui uma visão a partir do Sul Global. Todas as disciplinas de nossa grade abordam as disparidades no Sistema Internacional, nossos processos de colonização na América Latina, Central e Caribe, bem como análises da atualidade através dessa perspectiva. Deste modo, os métodos de análise deste trabalho estão moldados pela vivência pessoal e acadêmica da autora. Dito isto, este capítulo foi inspirado na entrevista concedida por Roger Chartier sobre a obra de Michel Foucault aos professores Marco Antonio Milani e Aline Meloncello. Nesta conversa, Chartier reflete sobre como iniciou sua leitura do filósofo francês e como é ser um leitor de Foucault, na atualidade.

Em específico, algumas disciplinas e professores foram responsáveis pela escolha da autora por este caminho. Em primeiro lugar, nos componentes de Iniciação ao Pensamento Científico, em que o professor abordou e focou no autor Michel Foucault, com a produção de artigos sobre o tema, houve a minha identificação imediata com o escritor. Desde então, vinha buscando mais conhecimentos sobre o mesmo e voltei a fazer uma disciplina sobre, culminando na minha entrada em um projeto de Iniciação Científica (IC) com o tema “Racismo de Estado em Michel Foucault”. Esta Iniciação, então, moldou toda a minha visão sobre as relações internacionais a partir de uma nova lente. Assim, segundo meus estudos e pesquisas sobre o autor, usaremos o pensamento foucaultiano como marco deste trabalho.

O autor dedicou-se, primeiramente, à arqueologia do saber. No entanto, nosso estudo parte da sua fase posterior de raciocínio: a genealogia. Essa consiste na junção de conhecimentos eruditos e memórias locais, a fim de acessar os saberes históricos das lutas e relacioná-las às táticas atuais.

As genealogias não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata. As genealogias são, muito exatamente, anti-ciências. Não que elas reivindicuem o direito lírico à ignorância e ao não saber [...]. Não é disso que se trata. Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos, ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 2016, p. 10).

Ou seja, isso quer dizer que o discurso científico toma corpo em diversos tipos de instituições ou disciplinas de conhecimento - Psicanálise, Medicina, História, Sociologia ou, no caso deste trabalho, Criminologia. E nosso trabalho, a partir da genealogia, é travar uma desconstrução contra os efeitos de poder destes conhecimentos científicos. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é ser este alicerce de insurreição nos estudos criminológicos.

Dito isto, um dos pontos principais de Foucault é o conceito de poder. Segundo ele, a concepção jurídica – e talvez liberal – vê o poder como um bem de direito que pode ser cedido por contrato, e que está relacionado à riqueza material. De certa forma, um economicismo em sua compreensão. A concepção marxista, também com este ponto do economicismo em comum, pensa na economia de circulação de bens como princípio, funcionamento e razão de ser do poder político (FOUCAULT, 2016, p. 14). Para Foucault, por outro lado, o poder é algo que se exerce, é uma relação de força; e, não mais é o poder repressivo do soberano, mas sim o poder produtivo do biopoder. Ou seja, é “[...] um agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições, e no qual o tipo de objetivo perseguido não se reduz somente à dominação, pois não pertence a ninguém e varia ele mesmo na história” (REVEL, 2005, p. 68).

Isso quer dizer que o poder soberano segue a regra jurídica da lei e o horizonte teórico do direito, enquanto as disciplinas seguem a regra natural da norma e o campo das ciências humanas, tendo como jurisprudência o saber clínico.

Durante nossa pesquisa sobre racismo de Estado, observamos a formação deste mecanismo. Perpassamos os conceitos de disciplina e biopolítica, que conformam o biopoder – e serão mais extensamente abordados ao longo deste trabalho. Seu alicerce, portanto, é um discurso que coloca uma estrutura binária da sociedade, é um discurso histórico-político que inverte os valores, equilíbrios e polaridades tradicionais do pensamento.

Muito cedo, encontramos os elementos fundamentais que constituem a possibilidade da guerra e que lhe garantem a manutenção, o prosseguimento e o desenvolvimento: diferenças étnicas, diferenças das línguas; diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferenças de selvageria e de barbáries; conquista e servidão de uma raça por uma outra (FOUCAULT, 2016, p. 51).

Ou seja, nasce um discurso de separação que é utilizado como justificativa da opressão de povos sobre outros, de indivíduos sobre outros e grupos sobre outros:



Enfim, dirão que há duas raças quando há dois grupos que, apesar de sua coabitação, não se misturam por causa de diferenças, de dissimetrias, de barragens devidas aos privilégios, aos costumes e aos direitos, à distribuição das fortunas e ao modo de exercício do poder (FOUCAULT, 2016, p. 65).

Temos, então, três pontos importantes: a mobilidade desse discurso; a raça não é estritamente biológica; e, temos duas funções políticas deste discurso – a história romana da soberania e a história bíblica da servidão e dos exílios. Neste contexto, coloca-se o Estado como protetor de uma sociedade monística e biológica – como o defensor da pureza da raça. Portanto, a ideia de luta das raças é substituída pela lógica da pureza da raça. Deste modo, a ideia de uma defesa de pureza da raça, porém, a nível internacional, foi o que motivou este trabalho. Observar como os efeitos de poder se irradiam pelo sistema com o objetivo de normalizar uma ideia de sociedade, colocando a outra como inferior ou ignorante, até mesmo incapaz e, portanto, inimiga da ordem internacional.

Desta forma, em primeiro lugar, tem-se a eliminação ou desqualificação de saberes, seguida da normalização desses saberes dentro da sociedade; por último, classificam-se hierarquicamente os saberes para, assim, cumprir o quarto ponto: a centralização piramidal de controle dos saberes, a fim de disseminar as direções e organizações gerais desejadas (FOUCAULT, 2016, p. 152).

A normalização permite que o Estado interfira no direito de vida e morte das populações e, a partir disso, o Racismo de Estado. Então, opera com duas funções: fragmentação do contínuo biológico das raças hierarquizadas – ou seja, a definição e exclusão do anormal; e faz atuar uma antiga relação guerreira responsável pela lógica de que “o outro precisa morrer para que eu possa viver” (ALVES; BARROS, 2018, p. 186). Essa morte pode ser física ou simbólica – exclusão política, econômica e social. É a partir disso que analisamos o Instituto escolhido para este trabalho.

Deste modo, é preciso olhar para o campo das relações internacionais e suas evoluções, correntes e falhas. Na modernidade, observamos o colapso dos sistemas tradicionais medievais, acompanhado da ascensão do industrialismo, capitalismo, secularização, cientificismo, Estado-Nação, suas instituições e formas de controle (BARKER apud RESENDE, 2010, p. 25). Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a conhecida “Era das Luzes” foi marcada pelo positivismo, racionalismo, individualismo e universalismo. Era, então, a Razão – ciência e pensamento autônomo – como único meio

contra a tradição e obscurantismo da Igreja Católica e o Papado Romano, a fim de liberar-se da ignorância e irracionalidade, rumo a uma mudança ontológica.

Nesse sentido, a maior consequência da modernidade para a produção de conhecimento científico reside na crença de que existe uma verdade "lá fora" que pode e deve ser cientificamente aprendida e compreendida, a fim de libertar o homem da escuridão e, assim, emancipá-lo. Trata-se da crença de que o progresso é possível pela aplicação da razão (RESENDE, 2010, p. 26).

Com os tempos de crise da modernidade, por outro lado, têm-se também as crises dos Estados Nacionais, ambientais, paradigmáticas e do conhecimento, em todas as áreas, de maneira geral. Assim, após a Guerra Fria, faz-se necessário repensar as teorias Neo-Neo e as premissas das relações internacionais.

Neste contexto, toma força as teorias da pós-modernidade. Elas são caracterizadas por discordarem da teoria universal, da ideia de conhecimento objetivo, neutro e imutável, bem como da epistemologia positivista. Segundo seus autores, de maneira ampla, não existe uma verdade "lá fora" e essa é uma perspectiva privilegiada que reflete relações de poder. Assim, deve-se focar na interpretação, na aproximação do sujeito e objeto, fortalecendo a ética humana em detrimento do racionalismo instrumental (RESENDE, 2010, p. 29).

As análises organizacionais, até os anos 1960, tinham como foco a superioridade das instituições burocráticas, baseadas nas leituras weberianas e, portanto, positivistas. A partir dos anos 1980, Foucault, tendo em vista sua problematização epistemológica e inserção no debate modernismo x pós-modernismo, passa a influenciar os estudos organizacionais. Com a obra foucaultiana *Vigiar e Punir*, é possível compreender as organizações como semelhantes às prisões, com suas contingências e metas organizacionais (LIMA; MUNIZ; PEREIRA, 2007, p. 3).

Dito isto, faremos um panorama sobre o pensamento de Nietzsche – principal influência foucaultiana – e o perspectivismo crítico. Segundo o autor, não existe a verdade universal, mas sim a verdade de cada um, havendo uma constante interação entre indivíduo e meio. Ainda, para ele, não existem fatos, apenas interpretações (RESENDE, 2010, p. 42). Um de seus conceitos mais importantes é a Vontade de Potência, em que o homem é agente de sua ação, ou seja, trata-se da autonomia, e o poder é um processo criativo. Desta forma, para as relações internacionais, Nietzsche influenciou muitos de seus autores no caminho de repensar a área.

Michel Foucault, deste modo, afirma ser necessário compreender as condições históricas específicas da produção de conhecimento. Para o escritor, o poder não é algo natural, e a produção do conhecimento cria um discurso dominante que define o que pode ser pensado, dito e imaginado – e isso cria as relações de poder. Ainda, esse discurso possui mecanismos de (re)produção e práticas discursivas que o legitimam: “Assim, o discurso dominante cria, privilegia, reproduz e consolida estruturas sociais que seriam, na verdade, produto de circunstâncias históricas específicas, mas que foram legitimadas e naturalizadas no plano discursivo até perderem seu sentido contingente” (RESENDE, 2010, p. 45).

Desta forma, Foucault torna-se o expoente dentro do campo dos discursos e das linguagens, influenciando também muitos dos escritores das relações internacionais. Por exemplo, Derrida discorre sobre a desconstrução dos discursos, afirmando que o pensamento ocidental moderno possui dicotomias e a realidade é um espaço discursivo em que há uma competição para naturalizar os sistemas de representação (RESENDE, 2010, p. 49). A linguagem, segundo Resende, é importante, pois constitui realidades, sujeitos, identidades e interesses. Logo, é responsável por exclusões, conservação ou transformação da ordem social, hierarquias ou resistências.

Neste sentido, as teorias dominantes são quem definem os temas e problemas considerados legítimos em Relações Internacionais. Assim, a crítica pós-moderna busca reconduzir a ética ao centro da prática política, colocando-se contra os ideais westfalianos da sobrevivência hostil do Estado, bem como a ideia do interesse nacional. Além disso, seus autores também questionam a ideia da anarquia, enquanto estrutura predeterminada do sistema internacional, assim como contestam a estrutura do Estado monolítico com identidades e interesses fixos e imutáveis: “A possibilidade para ação não se encontra na realidade (a estrutura), nem nos Estados (os agentes), mas sim na interpretação e nos significados que lhe são atribuídos” (RESENDE, 2010, p. 71).

Deste modo, pode-se afirmar que as teorias modernas das relações internacionais são insuficientes para analisar o sistema e, além disso, reproduzem desigualdades. Como autora do Sul global, faz-se necessário pensar nas problemáticas da área, a partir de uma lente que seja capaz de observar as redes de saber-poder e os discursos que as envolvem. Assim, será possível compreender e criar soluções para os agentes internacionais das nossas populações.

Foucault, como grande influenciador do movimento pós-modernista nas relações internacionais, deixou muitos legados conceituais e, logo, autores mais equipados para

responder perguntas de “como?”. Por exemplo, Ashley (1988) teve seu foco principal na desconstrução do conceito de anarquia. Segundo ele, sua crítica é que o saber teórico de RI está relacionado ao exercício do poder pelo Estado (racional e único) nas antigas teorias, em que o internacional e o doméstico são tratados como opostos. Walker (1993), por sua vez, evidencia a desconstrução da dicotomia do interno/externo; ou seja, para ele o Estado é um território nacional que pertence a indivíduos que definem a sua existência e a sua identidade. Assim, o Estado acaba por produzir fronteiras, incluindo ou excluindo práticas e corpos – logo, as RI's nascem e sobrevivem de exclusões. Por fim, Walker examina algumas das deficiências no campo das relações internacionais, como “exclui teorias e práticas alternativas que poderiam permitir uma melhora na condição humana nos níveis local, nacional e internacional” (RESENDE, 2010, p. 80).

Por outro lado, Campbell (1990, 1998a, 1998b) é o responsável pela problematização do conceito de política externa. Segundo o autor, a política externa é responsável por “produzir fronteiras e disciplinarizar comportamentos no espaço nacional no intuito de preservação desse espaço privilegiado” (RESENDE, 2010, p. 83). Novamente, o tema das dicotomias, dentro da disciplina, é fortemente criticado, a partir da ótica do discurso e da genealogia. A identidade nacional, portanto, gera exclusão, marginalização, vigilância, punição e normalização do corpo interno do Estado.

Finalmente, Shapiro (1984, 1988, 1989, 1997, 2009) é o autor das cartografias violentas das relações internacionais, discutindo o papel da linguagem, representação e discursos nos processos de construção social nesse campo. Para ele, as práticas textuais-discursivas mediam a realidade e o vocabulário epistemológico e *scripts* naturalizam as relações de poder. De outro lado, os *scripts* da resistência teriam como objetivo desnaturalizar o dominante a partir do destaque de pluralidade de *scripts*, bem como da genealogia de representações dominantes e a rejeição de narrativas que excluem o diferente. Segundo Shapiro, a disciplina de Relações Internacionais é responsável pela criação artificial de espaços, inclusive da figura do Estado (RESENDE, 2010, p. 100).

Dito isto, este trabalho caminha na linha do pós-modernismo, especialmente inspirado pela crítica foucaultiana, justo porque visamos a observar as ausências da nossa disciplina.

E, por “saber sujeitado”, entendo duas coisas: De uma parte, quero designar, em suma, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. Concretamente, se preferirem, não foi certamente uma semiologia da vida em hospício, não foi tampouco uma sociologia da delinquência, mas sim o aparecimento de conteúdos históricos o que permitiu fazer, tanto do hospício como da prisão, a crítica efetiva. E pura e simplesmente porque apenas os conteúdos históricos podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar. Portanto, os “saberes sujeitados”, são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição. Em segundo lugar, [...] eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos (FOUCAULT, 2016, p. 8).

Isso implica abordar aquilo que normalmente não é visto, não é falado, não é conhecido dentro da área de Relações Internacionais. E, o Instituto Inter-regional de Pesquisa para Crime e Justiça das Nações Unidas (UNICRI) é uma dessas ausências. Ou seja, o Instituto está visível dentro do Sistema das Nações Unidas. No entanto, nossa disciplina não o estuda, tanto é que foi encontrado pouco material sobre o mesmo e, quando encontrado, foram menções ou usos do Instituto como base de dados. Por isso, também passou a ser objetivo entender porque esse silêncio foi construído no campo das Relações Internacionais.

Um discurso representa uma verdade ou uma norma sendo construída a partir de evidências que privilegiam certos saberes e excluem outros. Assim, mobiliza certos interesses manifestando-se em identidades, ações e práticas requeridas por essa forma de pensar. Por fim, cria uma normalização – define o que é normal e o que é anormal. A genealogia será utilizada na pesquisa, justamente porque, ao abordar a relação entre discurso e prática, busca compreender quais saberes se pretende desqualificar. Ou seja, permite e observa como são articuladas as relações de poder nas organizações e como afetam o cotidiano das pessoas (LIMA; MUNIZ; PEREIRA, 2007, p. 11).

Assim, queremos dizer que, mesmo com a ascensão das teorias pós-modernas, ainda temos um foco muito grande no Estado dentro das relações internacionais, em detrimento dos agentes não-estatais – como ONG’s, sociedade civil, empresas, fundações e organizações internacionais. É preciso lembrar, como desenvolvido anteriormente, o Estado é racista, e as categorias de raça, classe e gênero são invisibilizadas dentro do sistema. Por isso, a nossa ideia foi aumentar a lente sobre um Instituto do sistema ONU pouco estudado,

para demonstrar as relações de poder que sobrepassam o Estado, sociedade civil e outros agentes não-estatais – que funciona enfocando essas três categorias – e tem a finalidade de demonstrar como isso afeta o cotidiano das relações internacionais e as dinâmicas internas dos Estados, bem como, neste caso, a maneira que essas conexões buscam a normalização da nossa sociedade internacional. Interessa a nós saber quem são esses sujeitos internacionais passíveis de serem criminosos, e quem não o são.

Neste sentido, utilizamos, como arcabouço teórico, o pensamento de Michel Foucault, pois cremos que é necessário que a disciplina de Relações Internacionais preste mais atenção aos ensinamentos do filósofo francês. Por exemplo, para Locke – um dos contratualistas mais estudados dentro das RIs – a proteção à propriedade representava a entrada de indivíduos no estado civil. Ou seja, a propriedade era a relação legítima do cidadão com o Estado. Para Kant, o comércio em escala mundial traria a paz entre os Estados. Assim, o comércio enquanto moeda econômica é o que permitiria o equilíbrio do sistema. Já, para Foucault, a liberdade é um produto dos dispositivos de poder. Segundo o autor, a disciplina segmenta o espaço, o tempo e os gestos para tornar o indivíduo produtivo e dócil. Ou seja, “para Foucault, a liberdade é um produto das técnicas de governo que atuam sobre ela” (BARROS, [2020?], p. 15).

O controle social, deste modo, é realizado a partir de instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas, políticas públicas de saúde, mecanismos de assistência, associações filantrópicas e muitos outros. Dentro disso, temos o controle a partir das populações onde inserir indivíduos, com modelos normativos para gerir a sociedade e integrados em um aparelho de Estado centralizado. Por outro lado, temos o controle pelo poder capilar de um sistema de individualização que busca modelar e gerir a existência (REVEL, 2005, p. 29-30).

Desta forma, temos os dispositivos de segurança – que operam dentro da biopolítica – responsáveis pelo governo das populações, em que a liberdade dos indivíduos é necessária para o seu funcionamento. No entanto, a população é composta de indivíduos atravessados por tecnologias de poder com uma liberdade produzida e sua conduta pautada pelo critério econômico. Por fim, seria, então, a gestão da população em suas regularidades (BARROS, 2016, p. 217). Isso quer dizer que o objetivo do governante – e, portanto, do Estado – é o aumento da relação população-riqueza-produção. Dentro do sistema internacional – ou da sociedade internacional – podemos observar este mesmo esquema, e as organizações

internacionais buscam normalizar esse fenômeno, visando à maior docilidade-utilidade dos cidadãos do mundo.

Nosso papel, enquanto interlocutores das relações internacionais, está na resistência e transgressão. A resistência se dá onde há poder e é inseparável das relações de poder “[...] na medida em que as relações de poder estão em todo lugar, a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de agenciar possibilidades de transformação em toda parte” (REVEL, 2005, p. 74).

Ou seja, as relações de poder estão relacionadas aos focos de resistência. Cada um serve de ponto de apoio ao outro. Nosso trabalho, então, é analisar as relações de saber-poder dentro do sistema e identificar este ponto de apoio para uma contraofensiva. Nesta obra, realizamos a função de identificação. Sem as premissas de Michel Foucault, este trabalho e, também, esta análise mais profunda das dinâmicas da sociedade internacional não seriam possíveis. Neste caso, fazemos um esquadrinhamento do funcionamento prático do UNICRI, bem como de suas formações discursivas e formas de disseminação de saber-poder.

Assim, visualizamos como esta organização, quase invisível aos olhos das Relações Internacionais, consegue disseminar conhecimento dentro do campo criminológico e irradia efeitos de poder, determinando o que é crime e como agir em suas circunstâncias. Por fim, observamos como, dentro disso, surge um conceito – o de defesa social – que demonstra os objetivos da nova criminologia e, portanto, do UNICRI: o de defesa da sociedade (internacional).

## **2 O INSTITUTO INTER-REGIONAL DE PESQUISA PARA CRIME E JUSTIÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNICRI)**

Em abril de 1979, foi formalmente inaugurado o Instituto de Pesquisa em Defesa Social das Nações Unidas (UNSDRI), assim conhecido até 1989. Durante este período, o Instituto possuía como objetivo primeiro a pesquisa internacional e transnacional, tendo como temas as tendências e necessidades de uma pesquisa criminológica interdisciplinar, as tendências no crime, os estudos e informações da justiça criminal, bem como a delinquência e justiça juvenil. Além disso, outros estudos internacionais focaram em questões específicas, cobrindo tanto problemas sociais, quanto aspectos da justiça social, em especial a administração correcional, como a arquitetura de prisões.

A partir de 1973, o UNSDRI concentrou-se na política antidrogas, no campo do tráfico e abuso de drogas ilícitas. Ainda, desde sua criação, o Instituto levou a cabo projetos centrados nos sistemas de justiça criminal em países como Uganda, Tunísia, União Soviética, Países Baixos e Finlândia. Outros projetos abordaram questões nacionais específicas, incluindo a prevenção de criminalidade na Arábia Saudita, proteção do patrimônio cultural e atraso na administração da justiça na Índia, além da proteção de patrimônio cultural e sequestros na Itália e outros projetos na Iugoslávia, Tunísia, Egito, Argentina e Uruguai. Por fim, desde 1969, o UNSDRI desenvolveu estudos de treinamento e ações específicas para funcionários da justiça criminal de países em desenvolvimento no continente africano, na região asiática e na América Latina. O Instituto também possuía uma visão que valorizava a disseminação do conhecimento e, portanto, solidificou-se como uma das maiores bibliotecas e coleções especializadas internacionais, informatizando seu catálogo desde 1987 (HISTORY OF UNICRI, 2019).

O Instituto Inter-regional de Pesquisa para Crime e Justiça das Nações Unidas (UNICRI), como o UNSDRI, ficou conhecido após 1989 até os dias atuais. Possuía sua sede em Roma, na Itália. Porém, no ano 2000, mudou-se para Turim, também na Itália, onde se encontra a Faculdade de Funcionários do Sistema das Nações Unidas (UNSSC), responsável pelos treinamentos para as agências da ONU. Segundo a Resolução Nº 1989/56, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o UNSDRI realizou um trabalho notável e, portanto, formalizou o estatuto sob o nome de UNICRI:



Pensando na importância de atualizar os termos de referência e o *modus operandi* do Instituto de Pesquisa em Defesa Social das Nações Unidas para alinhá-los com o pensamento atual no campo de prevenção de crime e justiça criminal, em particular no que diz respeito às necessidades dos países em desenvolvimento. Pensando também na importância de realizar arranjos mais permanentes para a governança do Instituto [...] (UNITED NATIONS, 1989, p. 41).<sup>1</sup>

Dito isto, após a mudança na nomenclatura, o UNICRI passou a se denominar como instituição autônoma e foi apontado um Conselho de Administração. Além disso, seus objetivos passaram a envolver o fomento a sistemas de justiça, reforço aos instrumentos internacionais e a cooperação e assistência judicial. Desta forma, as atuais prioridades do Instituto englobam:

Inteligência Artificial e robótica; Mitigação de riscos químicos, biológicos, radiológicos, e nucleares; Tráfico ilícito em metais preciosos e pedras preciosas; Crimes ambientais; Integridade da cadeia de mantimentos; Segurança no turismo e grandes eventos; Extremismo violento (incluindo reabilitação e reintegração de infratores extremistas violentos); Violência doméstica; Proteção da população vulnerável e vítimas; Justiça juvenil; Direito Penal Internacional (ABOUT UNICRI, 2019).

Deste modo, o UNICRI trabalha a partir de análises qualitativas e quantitativas, bem como identificação de estratégias, políticas e instrumentos, além de desenvolver modelos e sistemas, trocar e disseminar informação e documentação internacionalmente e prestar serviços consultivos. Estas atividades e prioridades são delimitadas, de acordo com a Comissão de Prevenção de Crime e Justiça Criminal das Nações Unidas, além do Instituto possuir fortes relações de trabalho com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Nota-se que o UNICRI oferece vários cursos, incluindo um Mestrado em Direito e possui uma série de publicações em seu site, como guias anticorrupção, manuais sobre os procedimentos de guerra na Iugoslávia, o *UNICRI Series* e a *Freedom For Fear Magazine*, entre outros. Esta última é uma plataforma que aborda temas desde o terrorismo e crime organizado até questões mais específicas, enfatizando a importância dos cidadãos e da sociedade civil como sujeitos de mudança. Finalmente, a maior parte do financiamento do Instituto é por meio do Fundo Fiduciário para Justiça Criminal e Prevenção do Crime das Nações Unidas, que se mantém por doações voluntárias (MANGO, A.; OSMÁNCZYK, E.; 2003, p. 474), visto que o UNICRI não recebe verbas do orçamento regular da ONU. Ainda,

---

<sup>1</sup> Todas as citações de textos de língua estrangeira são de tradução livre.

a doação do governo da Itália, país anfitrião do Instituto, é anual. No relatório de 2019, por exemplo, publicado em 2020 pelo UNICRI, é afirmado que:

O trabalho realizado pelo UNICRI em 2019 foi financiado exclusivamente por contribuições voluntárias. Os principais doadores foram a União Europeia, os Países Baixos, o Centro Internacional para Contra-Terrorismo, o Escritório de Luta contra o Terrorismo das Nações Unidas, Canadá, Japão, Noruega, SICPA, Itália, os Estados Unidos da América, África do Sul, 1QBit e várias outras empresas privadas, fundações e organizações internacionais (UNITED NATIONS, 2020a, p. 5).

Além dos financiadores, uma faceta importante do funcionamento do Instituto é a Diretoria e o Conselho de Administração (Conselho). O diretor ou diretora do Instituto é escolhido pelo Secretário-Geral da ONU em parceria com o Conselho e “[...] terá responsabilidade geral pela organização, direção e administração do Instituto, de acordo com as diretrizes gerais emitidas pelo Conselho e nos termos da autoridade delegada ao Diretor pelo Secretário-Geral” (UNITED NATIONS, 2006). Desde março de 2020, a Diretora do UNICRI é Antonia Marie De Meo, uma cidadã tanto da Itália quanto dos Estados Unidos da América e possui formação na área de Advocacia e Mestrado em Administração Pública, bem como Doutorado em Direito e outra graduação em Arte. Sua atuação dentro do sistema ONU, anterior ao UNICRI, possuía foco em Direitos Humanos, abordando a situação dos refugiados, questões de gênero e outras áreas de crime e justiça. Já, o Conselho de Administração

[...] formula princípios, políticas e diretrizes, aprova o programa de trabalho e a proposta de orçamento, avalia as atividades concluídas e em andamento do Instituto e reporta ao Conselho Econômico e Social por meio da Comissão das Nações Unidas para a Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (Comissão do Crime) (UNITED NATIONS, 2020c).

Deste modo, é composto por 7 membros eleitos<sup>2</sup> pela Comissão de Crime, cujo mandato é de cinco anos, e quatro membros *ex-officio* (em virtude de seus respectivos cargos). Os membros eleitos são votados de acordo com sua experiência e qualificações, mas também respeitando o princípio da equidade geográfica, enquanto os integrantes *ex-officio* são:

---

<sup>2</sup> Esta informação foi retirada do estatuto, porém no site constavam apenas seis nomes até a data desta publicação.

- Representante do País Anfitrião: **Sr. Leonardo Bencini**, Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento, Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Itália
- Representante do Secretário-Geral: **Sr. Cristophe Monier**, Diretor, Transformação e Responsabilidade Empresarial, Departamento de Estratégia de Gestão, Política e Conformidade
- Representante do Administrador do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP): **Roberto Paganini**, Especialista de Programa, Escritório de Crise do UNDP
- A Diretora do UNICRI: **Sra. Antonia Marie De Meo** (UNITED NATIONS, 2020c).

Dito isto, o presidente do Conselho é Jayantilal M. Karia, natural da Uganda, possui formação nas áreas de Negócios, Financeira e Administrativa e atuou na ONU nos setores administrativos e de gestão. O vice-presidente, natural da Espanha, Carlos Castresana Fernández é advogado e professor de direito criminal, exerceu cargos em escritórios de combate às drogas, corrupção e questões fiscais; também possui vários trabalhos acerca dos direitos humanos, incluindo o caso do ditador chileno Pinochet e no caso Silvio Berlusconi. Portanto, ganhou notoriedade e passou a atuar junto a comitês europeus e como porta-voz da ONU em algumas missões. Joel Antonio Hernández García, mexicano, cumpre a função de relator do Conselho, é formado em Direito e possui Mestrado em Direito Internacional, além de fazer parte do serviço diplomático mexicano, onde já foi embaixador e Diretor Geral para a ONU. Por fim, sua atuação como representante na Organização dos Estados Americanos (OEA) focou no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

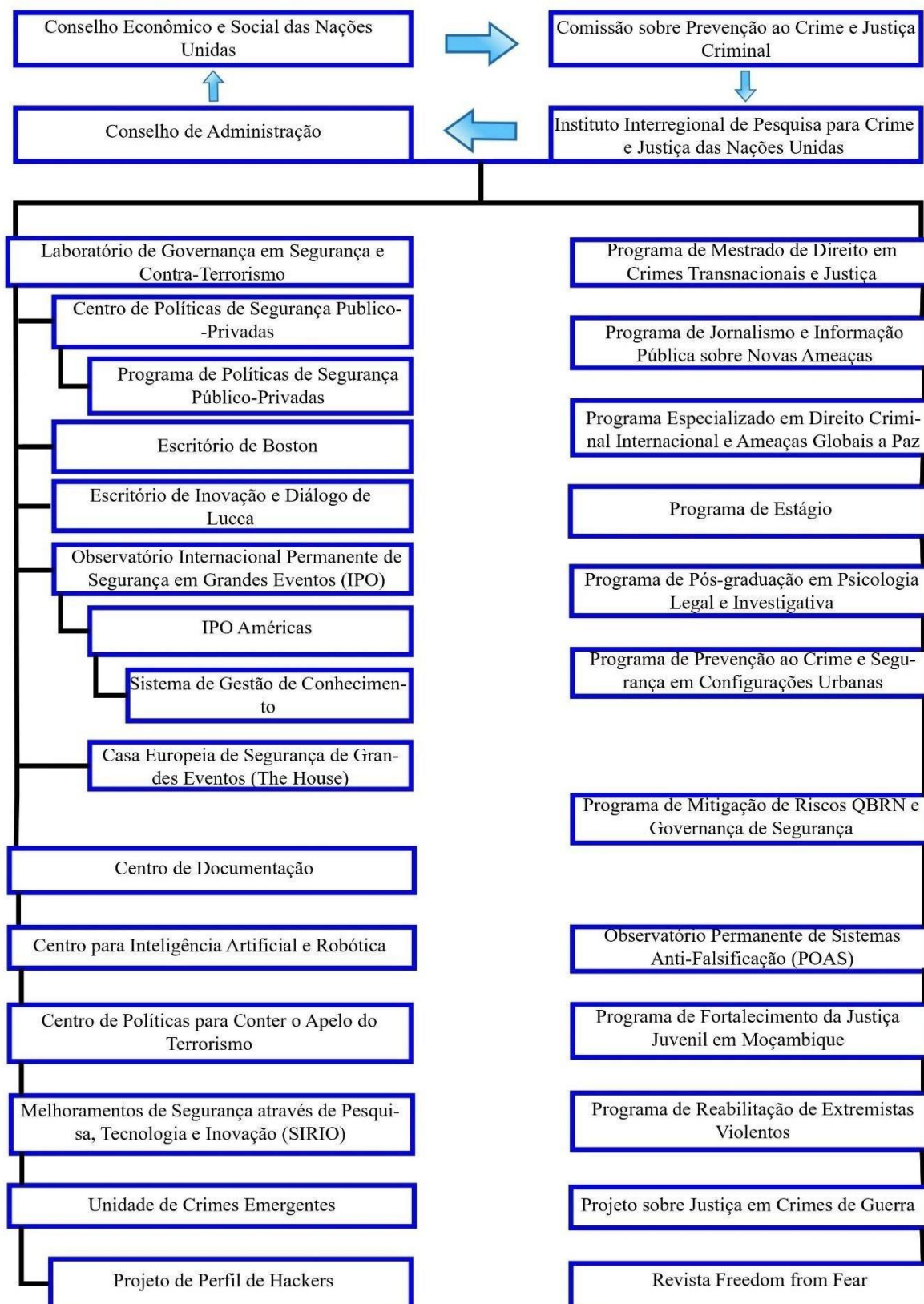
Ainda, Suzanne Hayden é a representante estadunidense no Conselho, também Advogada, trabalhou no governo por muitos anos em parceria com o Departamento de Justiça dos EUA, elaborou legislações a pedido de governos, e foi Procuradora Internacional para o Tribunal de Crimes de Guerra das Nações Unidas para a Antiga Iugoslávia; subsequentemente deixou a carreira governamental e passou a atuar em agências internacionais contra a corrupção e o tráfico de animais silvestres. Há também uma integrante peruana, Carolina Lizárraga Houghton, advogada, possui dois mestrados e um doutorado na área de Direito Penal, além de buscar o bacharelado em Psicologia. Atuou na Corte Superior de Justiça de Lima como Juíza Penal e Juíza Superior Anticorrupção. Atualmente é congressista pelo Partido Morado, do qual fez parte da criação, e foi pré-candidata a presidente do Peru. O membro australiano Stuart Page é fundador e CEO da empresa *Enigma Alliance*, cujo foco é a construção de infraestruturas acessíveis e portáteis, água limpa, aviação, acomodações, tecnologia de inteligência artificial e responsabilidade

social corporativa; o empreendedor já trabalhou nas áreas de cyber tecnologia, inteligência, militar, além de segurança e fez parte do Serviço Diplomático, bem como ocupou postos seniores no Departamento Australiano de Assuntos Internacionais e Comércio, e no Departamento do Primeiro Ministro e Gabinete. Por fim, Youngju Oh, a representante da República da Coreia foi Vice-Ministra para Assuntos Multilaterais e Globais do Ministério de Relações Exteriores da República da Coreia, bem como Conselheira Especial do Ministro, Diretora e Vice-Diretora Geral de Cooperação para o Desenvolvimento no mesmo ministério. Atualmente, é professora na Agência Diplomática Nacional da Coreia.

Logo, pôde-se observar que os currículos dos membros do Conselho são, majoritariamente, com atuação e formação na área do Direito, bem como muitos deles já estavam inseridos no sistema ONU antes de participar do UNICRI. Além disso, cargos diplomáticos também apareceram entre os membros, assim como representantes governamentais – atuais ou antigos. Assim, é notável a atuação dos membros em casos e temas de crimes que marcaram a história dos Direitos Humanos. Vale ressaltar que um dos membros representa claramente a classe dos empreendedores, especialmente no campo das novas tecnologias. Em suma, é um Conselho formado por intelectuais e profissionais que, somando suas experiências, possuem um leque de conhecimento em várias áreas dentro do Direito e dos Direitos Humanos, o que reflete a ampla atuação do Instituto que, em parceria com empresas e ONG's, formula respostas para problemas contemporâneos na área do crime e da justiça, incluindo as novas tecnologias.

Portanto, a fim de visualizar o funcionamento do UNICRI, nessas diversas áreas sociais e tecnológicas, buscamos um organograma do Instituto. Porém, não foi encontrado um dado oficial. Desta forma, optamos por construir um esboço a partir das informações coletadas ao longo da pesquisa, obtendo o seguinte resultado:

**Figura 1 – Organograma não-oficial do UNICRI**



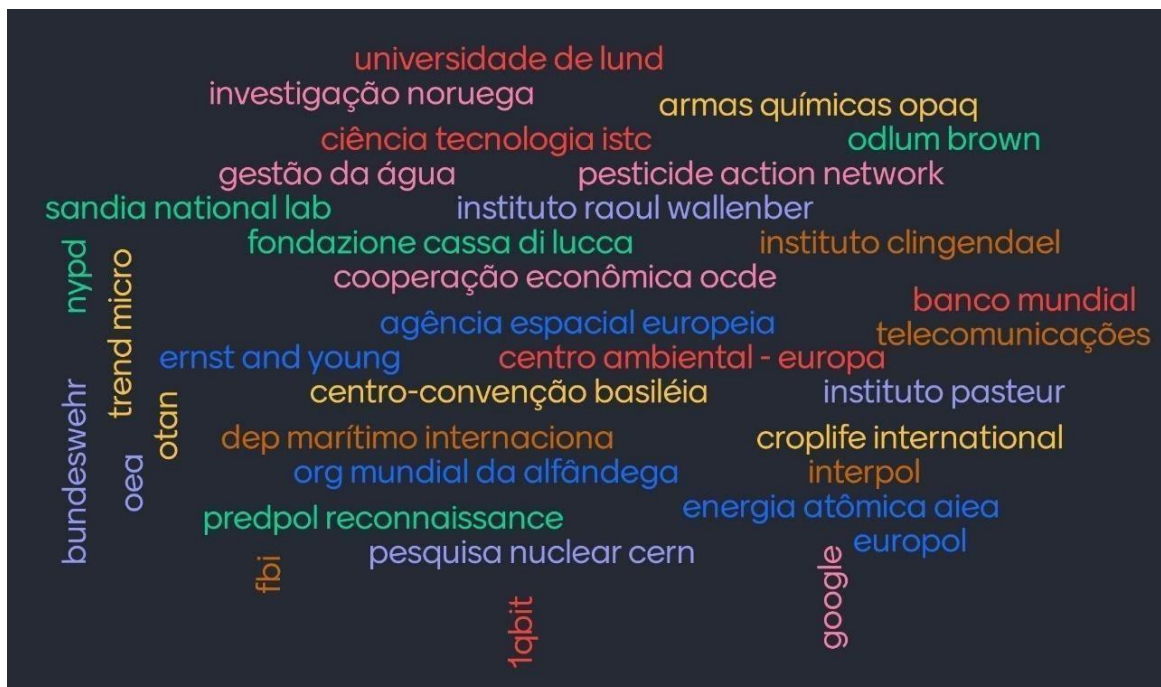
**Fonte:** De autoria própria (2021).

Cabe destacar que o UNICRI possui fortes relações com instituições europeias, tendo a maioria das suas atividades com a Academia Europeia de Polícia (CEPOL), Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia (EUISS), Centro de Força Policial do Sudeste Europeu (SELEC) e a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE). Além disso, há uma iniciativa conjunta da UE envolvendo Centros de Excelência em Mitigações de Riscos QBRN. A Europol também possui diversas atividades, publicações e reuniões com o UNICRI, incluindo treinamentos conjuntos. Desta forma, a partir da observação das atividades do Instituto, nota-se uma grande proximidade com a Comissão Europeia de maneira ampla. A Comissão é quem propõe novas leis e políticas para a União Europeia, bem como monitora a execução e realiza a gestão orçamentária da União.

O UNICRI, portanto, possui relação com diversas instituições, o que é um dos seus pilares de atuação, chama atenção a parceria com a Interpol - uma organização intergovernamental de 194 países, cujo objetivo é o compartilhamento de informações sobre crimes e criminosos, bem como suporte técnico e operacional. Além desta instituição, o Serviço Europeu de Polícia (Europol) abarca os 27 países da União Europeia com a missão de suporte em casos de crimes como terrorismo, cyber crimes, crime organizado e outros delitos mais graves.

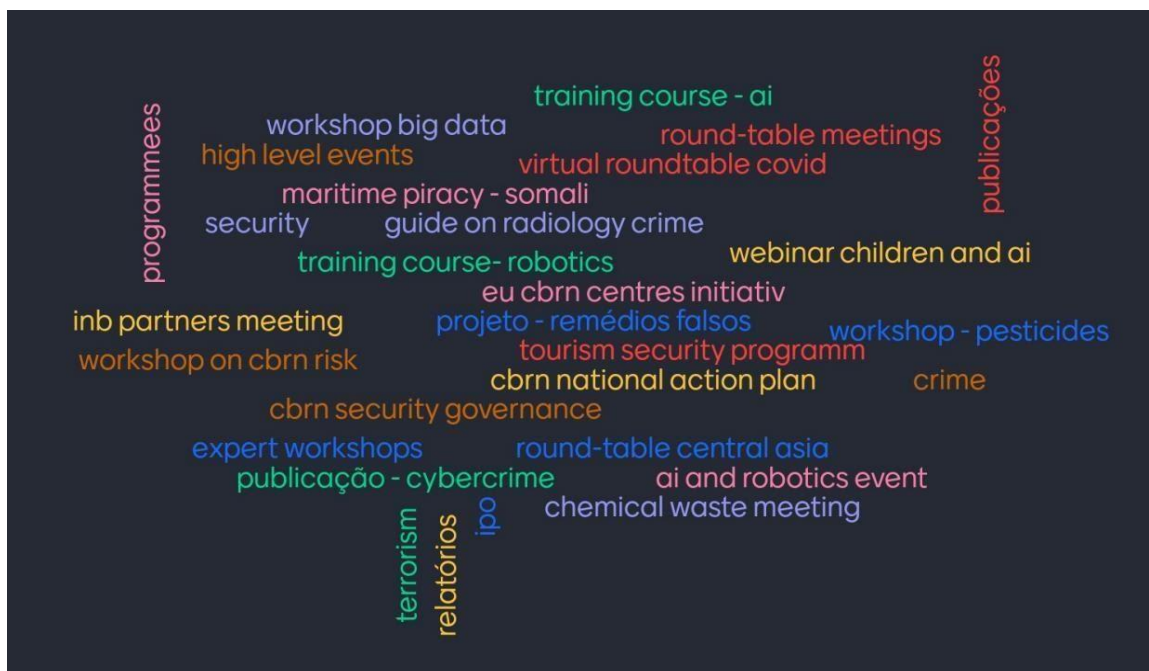
Essas parcerias são praticadas através dos programas e instituições que pertencem ao UNICRI. Elas geram as atividades, publicações e cursos que produzem as relações que o Instituto mantém com o sistema internacional. Para visualizar essas relações, podemos observar as nuvens de palavras abaixo:

**Figura 2** – Nuvem de palavras das instituições parceiras do UNICRI com base na tabela do Anexo 1



**Fonte:** De autoria própria (2021).

**Figura 3** – Nuvem de palavras das atividades realizadas em parceria com o UNICRI com base na tabela do Anexo 1



**Fonte:** De autoria própria (2021).

O Anexo 1, base das informações acima, é o resultado de uma coleta de exemplos de ações do UNICRI, constando algumas organizações envolvidas e sua natureza, bem como a área de atuação. Por fim, é sistematizado em ordem alfabética. Nestas imagens podemos visualizar como a rede do Instituto é ampla e atuante em diversas áreas, promovendo inúmeros tipos de atividades. A disseminação, então, dos conhecimentos e dos efeitos de poder do Instituto ocorrem através dessas atuações em diferentes áreas da vida humana, tais como gestão das águas, de pesticidas, remédios e, inclusive, das novas tecnologias. Os produtos do UNICRI criam uma classificação do que deve ser a defesa social através do combate ao crime e da promoção da Justiça.

Dito isto, entramos no âmbito da criação da norma. Michel Foucault desenvolveu a ideia do panoptismo, baseado no trabalho de Jeremy Bentham. O Panóptico seria uma prisão com uma torre central, em que nunca se vê quem está dentro, ou sequer se há, de fato, alguém. Deste modo, faz com que os indivíduos – neste caso, os presidiários – disciplinem a si mesmos, pois sempre pode haver um guarda a observá-los. Foucault traz esse princípio também para outros espaços, no entanto, como uma forma do poder exercer o controle. O Panóptico, então, possui quatro pontos importantes: a vigilância constante, uma função individualizante, a transparência e a extração permanente de saber sobre o indivíduo observado (BARROS, [2020?], p. 11). A sociedade disciplinar funciona através do poder pelo exame que consiste no vigia, simplesmente, observar e relatar. Quando relata, ele produz conhecimento, o que se faz em determinada hora e quanto tempo leva para fazer. Com esse conhecimento produzido através do exame, são estabelecidas normas e estas serão altamente específicas. Vivemos em uma sociedade em que a penalidade está concentrada no controle dos nossos corpos e nossa subjetividade – pensar, desejar, querer, temer. Por isso, o poder é produtivo, antes de qualquer coisa. Nossos pensamentos são fruto de relações de poder. A maneira como caminhamos, pensamos e enxergamos nosso próprio corpo. Assim, temos vários dispositivos de exercício do poder, como a Universidade e o Hospital.

Portanto, visto que não existe uma delegacia internacional, quem pune as pessoas e as organizações criminais transnacionais são instituições como a EUROPOL e a INTERPOL, ou seja, cabe ao UNICRI ser o panóptico mantendo a vigilância da sociedade internacional através das suas pesquisas e ações.



O Panóptico [...] tem um papel de amplificação; organiza-se o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar (FOUCAULT, 2014, p. 201).

Por isso, uma das atividades frequentes do UNICRI são os treinamentos. Em 2010, por exemplo, foi elaborado o *Manual para Auxiliar no Estabelecimento de Parcerias Público-Privadas para Proteção de Alvos Vulneráveis*, em parceria com a Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL). Este evento culminou em uma primeira atividade de campo, em 2013, entre as duas organizações no parque abaixo (Figura 4). A escolha do parque foi esta, justo porque é um espaço de pesquisa tecnológica e, portanto, considerado possível alvo de atentados.

**Figura 4** – Parque de Ciência e Tecnologia (Lisboa, Portugal)



**Fonte:** Facebook UNICRI (2020).

Disponível em: <<https://www.facebook.com/unicri.it/photos/a.307812059365/10151697830034366>>.

Acesso em: 12 mai. 2020.

A atividade se consistiu em um exercício de simulação, envolvendo situação de reféns, explosões, evacuações, entre outros cenários de intervenção policial. Assim, abriram-

se mais possibilidades de trabalho entre as instituições e, em 2018, realizou-se a primeira Reunião Global INTERPOL-UNICRI sobre as Oportunidades e Riscos da Inteligência Artificial e Robótica para Aplicação da Lei, que teve sua terceira edição de maneira online, em 2020. Ainda, fruto desta primeira reunião, foi elaborado um Relatório sobre o tema que consta nas publicações do Instituto (UNITED NATIONS, 2020b). Vale reforçar que neste evento participam Estados Membros das Nações Unidas, da INTERPOL, bem como acadêmicos, membros do setor privado e representantes de agências de aplicação da lei.

É importante lembrar que o conceito do panóptico foucaultiano tem origem no Panóptico de Bentham que é a

[...] figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; [...] Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. [...] Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. [...] A plena luz e o olhar de um vigia [...]. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2014b, p. 194).

Dito isto, o prédio escolhido para o treinamento mencionado possui forma semelhante ao Panóptico, o que nos faz questionar qual o papel das tecnologias nos centros envolvidos nas atividades do Instituto. Estes centros, com os quais ele está envolvido, são locais de atuação do biopoder; logo, o UNICRI está inserido em várias instituições com o propósito de expandir sua capilaridade do poder e do controle.

Ainda, quando era conhecido como UNDSRI, o instituto promoveu pesquisas sobre criminologia, até mesmo em sua forma arquitetônica e em diversos ramos e locais geográficos. Grande parte das publicações dessa época, eram análises de prisões. A relação entre estrutura física e micropoder foi analisada por Foucault em *Vigiar e Punir*. Nesta obra, o filósofo francês conclui que:

Trata-se de qualquer maneira de fazer da prisão um local de constituição de um saber que deve servir de princípio regulador para o exercício da prática penitenciária. A prisão não tem só que conhecer a decisão dos juízes e aplicá-la em função dos regulamentos estabelecidos: ela tem que coletar permanentemente do detento um saber que permitirá transformar a medida penal em uma operação penitenciária; que fará da pena tornada necessária pela infração uma modificação do detento, útil para a sociedade (FOUCAULT, 2014b, p. 244).

Pode-se inferir que esses 20 anos do UNSDRI foram de coleta de dados e análise dessas informações para criar um sistema melhor e consolidado de produção epistêmica e instrumental que se pretende universal para controlar as práticas julgadas criminosas. Ou seja, foram 20 anos de coleta de dados para consolidar um instituto responsável pelo controle dos países a partir da concepção de crime elaborada pelo instituto que é hoje o UNICRI. Por isso, pensamos que não seria coincidência que o centro tecnológico escolhido para o treinamento com a Interpol reproduza uma estrutura de controle do panóptico.

Essa forma de controle através da escrita foi conceituada por Michel Foucault como micropoder:

[...] Houve provavelmente, por exemplo, uma ideologia da educação; uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc.; mas não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas (FOUCAULT, 1979, p. 186).

Além disso, lembrando da invisibilidade que o poder adquire a partir do modelo panóptico, conforme propõe Foucault, não há nada escrito sobre o UNICRI, apenas a partir dele. É como se ele personificasse o panóptico contemporâneo do sistema internacional. O UNICRI é aquele que controla o que é crime e como ele deve ser combatido e prevenido, mas ele não é visto pelas populações que afeta. A cara do combate ao crime internacional não tem a toga formal dos profissionais humanitários que estão no conselho do UNICRI, mas das polícias nacionais que eles treinam. Por isso, utilizaremos os aspectos da biopolítica, também no que diz respeito aos fenômenos populacionais; ou seja, a pesquisa será realizada tendo como lente o biopoder.

O biopoder é justamente o poder que gere a vida e possui duas faces: a disciplina e a biopolítica. A primeira é sua face individualizante, que atua na anátomo-política do corpo humano (indivíduo), tratando-o como máquina; seu objetivo é o adestramento e a ampliação de forças – por exemplo, a escola e o exército. Já, a segunda é sua face totalizadora, que atua no corpo-espécie (população) através de controles reguladores, por exemplo, a demografia e as estimativas populacionais. Enquanto a disciplina atua por dispositivos disciplinares, a biopolítica funciona por dispositivos de segurança e, ambas, compõem o biopoder na sua

finalidade de administração dos corpos e gestão calculista da vida (FOUCAULT, 2014a, p. 150).

Temos esta linha teórico-metodológica como arcabouço, justo porque este poder, com seus mecanismos contínuos, reguladores e corretivos confere valor e utilidade. Ou seja, qualifica, mede, avalia, hierarquiza. Sua mira está na sociedade normalizadora. Isso quer dizer que buscamos analisar como os sujeitos tornam-se objetos de conhecimento, governáveis, acabam por (re)produzir um discurso sobre si mesmos e transformam a própria vida em campo de aplicação desse biopoder (REVEL, 2005, p. 117). No entanto, é necessário pontuar uma questão fundamental desta pesquisa: há uma diferença de escala entre as análises de Foucault e as análises deste trabalho. Isto é, a diferença entre o UNICRI e a instituição penal foucaultiana é que o delegado possuía atuação numa escala nacional, enquanto o UNICRI abrange uma escala global, para além das fronteiras internas de um único Estado.

O UNICRI, deste modo, parece se colocar como produtor de uma nova criminologia pelos tipos de saber que ele cria dentro do campo:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado [...] De modo geral, penso que é preciso ver como as grandes estratégias de poder se incrustam, encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder (FOUCAULT, 1979, p. 142).

Desta forma, o UNICRI era inicialmente chamado de Instituto de Pesquisa em Defesa Social das Nações Unidas e realizava praticamente apenas levantamento de dados e informações sobre crimes e seus sujeitos e territórios, ou seja, esquadrinhamento de corpos, sujeitos, comportamentos, existências, trabalhos, afetos – o governo biopolítico, pois tem como foco a população. Após o levantamento de informações, transforma-se em um Instituto que irá gerir essas transgressões, inserindo-as na docilidade-utilidade do sistema do biopoder e da normalização, tornando possível controlá-las e tirar proveito. Assim, se a dinâmica das relações de poder com os focos de resistência segue a premissa de que “cada movimento de um serve de ponto de apoio para uma contraofensiva do outro” (REVEL, 2005, p. 75). Então,

como os fenômenos de resistência estão no próprio interior do poder, que eles buscam contestar, o poder absorve a resistência, tornando-a objeto de controle.

A relação saber-poder consiste em extrair dos indivíduos um saber para submetê-los e controlá-los. O poder produz, então, um discurso de saber a partir dos indivíduos e sobre os indivíduos para objetivar e antecipar a subjetivação das práticas normalizadas (REVEL, 2005, p. 77). Por isso, a estratégia de se criar um Instituto para Pesquisa e depois para atuação em conjunto com o alvo – os próprios países, territórios e sujeitos que sofrem a atuação do UNICRI, em seus diversos âmbitos, produzem e reproduzem um discurso de saber que os normaliza.

Logo, no próximo capítulo realizaremos uma análise genealógica dos conceitos de crime e defesa social utilizados pelo UNICRI ao longo de sua história. Estes termos acompanham o Instituto até hoje nas suas atividades e diversas atuações, carregados de significados discursivos de diferentes épocas, servindo a distintos propósitos. Por fim, ilustrando as relações de saber-poder no sistema internacional que irradiam através do sistema ONU.

### 3 MELHOR PREVENIR DO QUE REMEDIAR: A SOCIEDADE DE RISCO

Neste capítulo, abordaremos os conceitos de crime e defesa social, buscando realizar uma genealogia dos mesmos. Para tanto, primeiramente dissertaremos acerca do panorama histórico do desenvolvimento da disciplina da Criminologia. Posteriormente, através desse recorrido histórico, analisaremos a utilização e os significados conceituais de crime e defesa social a partir de dois documentos. O primeiro documento é um Relatório Anual do UNSDRI de 1988, enquanto o segundo é um Relatório Anual do UNICRI de 2020. A intenção era comparar um registro do primeiro ano de existência do UNSDRI com o mais recente do UNICRI até o momento de realização deste trabalho, com ambos os textos cumprindo a mesma função administrativa no Instituto – ou seja, dois relatórios anuais. No entanto, o relatório mais antigo, ao qual tivemos acesso, foi do ano de 1988, justamente o ano de transição para o UNICRI. De qualquer forma, poderemos observar as mudanças e permanências nos últimos 22 anos de atuação.

#### 3.1 O DESENVOLVIMENTO DA CRIMINOLOGIA

O crime existe há muito tempo nas diversas sociedades e foi tratado de inúmeras maneiras e concepções ao longo da história. No entanto, a criminologia, como disciplina, tem seu início no século XVIII com os ideais clássicos dos reformadores das leis criminais. Entre eles, pode-se dizer que os dois maiores nomes eram: Jeremy Bentham e Cesare Beccaria. O primeiro afirmava que a punição do criminoso deveria ser “[...] de acordo com os danos causados contra o interesse público” (CARRABINE, 2009, p. 56), além de ter idealizado um *design* de prisões, conhecido como Panóptico, um sistema racional de penalidade sobre o qual já falamos no primeiro capítulo. Igualmente, Beccaria defendia a punição proporcional ao crime. Foi nestes termos, baseados nos ideais do Iluminismo, que os reformadores viram o infrator como um ser racional, dotado de livre-arbítrio e que se envolve com o crime de uma maneira calculada. Logo, correspondem às penalidades dissuasivas defendidas pelos reformadores (CARRABINE, 2009, p. 51). Estes pensadores preocupavam-se mais com uma ordem social justa do que em investigar as causas dos crimes e o próprio criminoso.

Por outro lado, no século XIX desenvolveu-se a Escola Positivista do Direito, tendo como seus expoentes Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Francis Galton. Estes intelectuais

elaboraram o conceito dos “tipos criminosos”. Segundo os autores, o comportamento desses infratores é determinado e não escolhido, além disso, eles advogavam pelo tratamento em vez da punição. Ainda, um fato importante é que esta Escola bebe de várias disciplinas como a Psiquiatria, Antropologia e as Ciências Humanas em geral (CARRABINE, 2009, p. 51). Lombroso, por exemplo, considerava alguns criminosos um atraso da escala evolucionária e, portanto, focava sua pesquisa no corpo do criminoso. Outro ponto importante foi a aproximação com o campo das estatísticas, a fim de estudar o crime de maneira sistemática.

As primeiras sociologias do crime surgiram ao longo do século XX, tendo como foco a delinquência – principalmente juvenil – e as gangues. Resumidamente, os principais pontos abordados eram a “normalidade” ou necessidade do crime para a manutenção da sociedade – Durkheim e a teoria funcionalista –, a relação do crime com os conflitos de classe, as divisões e interesses sociais – Marxismo –, a conexão com o dia a dia e a vida na cidade, especialmente cidades modernas – Escola de Chicago – e, finalmente, o colapso dos controles sociais ou anomias – Robert Merton. Além disso, as teorias do controle social foram especialmente fortes neste contexto da delinquência, pois seus intelectuais acreditam que os delinquentes quebram a ligação moral com a lei (CARRABINE, 2009, p. 83). Ainda, um ponto importante que os autores da obra “*Criminologia: Uma introdução Sociológica*” colocam é que, até este momento, a maior parte do foco do desenvolvimento da disciplina estava nas mãos de homens brancos. No entanto, já havia início de correntes daqueles que foram excluídos academicamente. Por exemplo, sociólogos negros abordando os temas de raça e racismo, desorganização social, anomalias, ecologia do crime e a racialização da justiça – especialmente nos EUA, onde prosperava o sistema de *convict-lease*, o arrendamento de presos. O estudo das mulheres, no entanto, era usualmente resumido à medicalização e à patologização psiquiátrica dos corpos femininos, como os hormônios e a sexualidade.

Ainda, no fim do século XX nós vemos a evolução das teorias “radicais” que, majoritariamente, discordam da ideia de uma definição objetiva de crime. Segundo seus autores, o crime é uma categoria socialmente construída e que difere de acordo com a história e as culturas. Para eles, não há “tipos criminais”, e o crime não é um resultado de conflitos, mas sim um conflito por si só. O foco da teoria é menos no criminoso e mais no controle social, além de possuir diversas preocupações com gênero e a juventude, como uma forma cultural. Por fim, a criminologia, por si mesma, pode ser um problema, segundo os autores radicais, pois pode aumentar a vigilância e o controle, por exemplo. Neste período, tomam

força as teorias do *labeling approach*, *left idealism* e *left realism*, bem como a criminologia feminista; por fim, Foucault e as teorias do discurso começam a ocupar os espaços de debate.

No contexto da emergência do pós-modernismo e de uma sociedade de risco, tem-se também o aumento acelerado da globalização e, portanto, novas discussões no campo criminal. Por um lado, o crescimento do consumismo eleva a demanda de *commodities* e do uso de cartões de crédito, multiplicando os crimes de fraude; do outro lado, o alto nível de empregos casuais alimenta uma economia informal e a insegurança do desemprego, levando muitos indivíduos a recorrer à criminalidade para sobrevivência. Ainda, em termos demográficos, vê-se uma mudança substancial nas últimas décadas: a) a população idosa aumenta e torna-se vítima de crimes específicos; b) a delinquência juvenil e o abuso de drogas é uma pauta cada vez mais grave nos debates. Além disso, as novas tecnologias geram novos tipos de roubos e criam a categoria dos *cybercrimes*. Uma nova discussão acerca da mídia das massas e seu papel na produção de imagens de crime toma a cena e, por fim, um último tema em disputa após o “11 de setembro”: a segurança contra o terrorismo internacional e sua ameaça à liberdade (CARRABINE, 2009, p. 119).

Deste modo, neste período, tomam forças as teorias comparativas da criminologia, as ideias sobre globalização e crime, o renascimento das teorias dos Direitos Humanos, e a teoria da sociedade de risco – as quais tomaremos nota de forma mais aprofundada ao longo da análise dos relatórios. Ou seja, é nesta conjuntura teórica em que o UNICRI dá seus primeiros passos – nasce como UNSDRI na emergência dos debates das primeiras sociologias do crime e se consolida no fim do século XX com as discussões da criminologia.

### 3.2 ANÁLISE COMPARATIVA: DOS PRIMÓRDIOS DO UNSDRI À ATUALIDADE DO UNICRI

O relatório anual de 1988 – ano do vigésimo aniversário do Instituto e de transição para o UNICRI – inicia com uma lista de publicações realizadas em seu âmbito, e pudemos observar alguns temas centrais no campo criminal: psicologia, comportamentos sexuais desviantes, a relação entre a crise econômica e o crime, tomada de decisão na área criminal, justiça juvenil, arquitetura prisional, legislação islâmica e pena de morte. Já, neste momento, notam-se as principais questões e preocupações que nortearam o UNSDRI, entre os anos 1960 a 1988. Neste contexto, nota-se que estes tópicos são os mesmos que estavam sendo debatidos dentro dos círculos das sociologias do crime no século XX.



Uma das permanências, ao longo do tempo de funcionamento do Instituto, é a preocupação com o sistema prisional. No relatório de 1988, é listado o início de atividades e workshops de pesquisa visando a alternativas ao aprisionamento (UNSDRI, 1989, p. 7), sempre em colaboração com outros Institutos Regionais da época. Além disso, também foram realizados questionários internacionais, abordando o trabalho nas prisões. No relatório de 2020, por sua vez, ressurgiu a ideia de buscar outras opções ao encarceramento, a fim de afastar jovens detratores de recrutas extremistas. Outra preocupação constante é com a construção de legislação, como execuções sumárias, arbitrárias e extralegais (UNSDRI, 1989, p.8), incluindo a publicação de um livro que aborda as tendências legislativas da punição capital e bibliografia internacional sobre o tema. Similares pesquisas, na área de legislação penal, foram relacionadas às drogas, especificamente duas tendências da época: a primeira, mudanças rápidas e contínuas nas provisões legais dos países e, em segundo lugar, um afastamento dos princípios geralmente aceitos pela comunidade internacional. Portanto, concluiu-se uma instabilidade em relação às políticas antidrogas daquele período.

Em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS), iniciaram-se, então, estudos visando à criação de guias para sistemas nacionais de informação sobre abuso de drogas (UNSDRI, 1989, p. 8-10). Atualmente, o UNICRI possui uma forte relação com o UNODC, mantendo suas políticas de combate às drogas. Ademais, o tópico dos Direitos Humanos aparece norteando as atividades e, somado ao foco na juventude, temos a realização de um *Seminário de Direitos Humanos dos Jovens e das Crianças*, em parceria com o governo da Argentina, visando a alguns países da América Latina, culminando na criação de seis times nacionais de pesquisa.

No contexto de 1960 a 1988, diversos estudos comparativos - nova tendência do período – foram conduzidos, por exemplo, direcionados a mecanismos informais de controle do crime. Ainda, foi dada continuidade a um projeto envolvendo elaboração de políticas acerca de criminosos mentalmente doentes (UNSDRI, 1989, p. 09-11), ainda na fase de implementação de *surveys* para coleta de dados dos países interessados. Neste momento, observamos a aproximação com o campo da psicologia, que irá aprofundar-se mais nas próximas décadas, segundo a análise.

O UNSDRI também participou de inúmeros congressos de Criminologia e realizou, inclusive, a preparação da publicação de uma edição latino-americana em uma série chamada *Criminologia no Mundo em Desenvolvimento* (UNSDRI, 1989, p. 11). É importante ressaltar que, já na primeira página do documento de 1988, o Diretor do Instituto reforça a

necessidade de continuar a elaborar respostas para problemas específicos dos países em desenvolvimento, algo que permanece nos objetivos do órgão até hoje. Em termos de apoio técnico e atividades de campo, o UNSDRI trabalhou em projetos envolvendo crianças em situação de rua na Argentina, além de reabilitação social e econômica no Egito. Ainda, foram feitas preparações para projetos de delinquência juvenil também no Egito, bem como atividades específicas a pedido de países membros, sendo estes Cuba, China, Bangladesh, Kuwait, Malawi e Brasil:

A pedido do Governo Cubano um oficial pesquisador do Instituto visitou Havana em Novembro de 1988 para preparar o terreno para um seminário de metodologia de pesquisa criminológica a ser realizado em Cuba na Primavera de 1989 com a assistência científica e financeira do Instituto (UNSDRI, 1989, p. 12).

Em 2020, as atividades feitas sob medida a pedido de Estados Membros e outros interessados seguem sendo parte fundamental do trabalho do UNICRI, através de treinamentos, aconselhamentos e mentorias. Além disso, representantes do Instituto participaram de eventos acerca do Crime Organizado e atividades criminosas terroristas, justiça penal para menores de idade e os direitos humanos, direito e informática e abuso de drogas. Também enviou representantes para o Conselho Europeu em reuniões do Comitê Europeu de Problemas Criminais, entre outros comitês europeus na área da criminologia. Por sua vez, o relatório anual de 2020, do UNICRI, teve como temas centrais de sua publicação: jovens e o terrorismo, inteligência artificial, relação da mídia e a COVID-19 e foco nos grupos vulneráveis.

O combate ao terrorismo pelo UNICRI consiste em apoio à comunidade local e atores da sociedade civil, visando tanto a comunidades urbanas quanto a rurais, buscando trabalhar os atores em risco de radicalização. O objetivo é desafiar a narrativa dos extremistas a partir de soluções locais de mitigação de conflitos não-violentos e educação em direitos humanos; um exemplo são os trabalhos na região de Sahel-Magrebe, agora na fase de coleta de informações (UNITED NATIONS, 2021, p. 5).

Outro exemplo citado no relatório de 2020 é a região de Mali, onde foram realizadas mentorias de jovens líderes para passar o conhecimento à sua comunidade, como estímulo ao pensamento crítico, estratégias de gerenciamento de conflito e competências políticas. Entre as alternativas encontradas, estão o esporte como forma de prevenção, foco na garantia de acesso aos serviços básicos, promoção de iniciativas econômicas e apoio à reabilitação e

à reintegração. Além das iniciativas a nível de comunidade local, também foi sistematizado um manual sobre a conexão do terrorismo com o crime transnacional organizado, usado para treinar agentes da aplicação da lei, incluindo juízes e promotores, aumentar o compartilhamento de informações entre agências e priorizar os reforços de segurança em zonas de fronteira e o cyber-espço.

Neste sentido, uma preocupação central do UNICRI passou a ser as armas Químicas, Biológicas, Radiológicas e Nucleares (QBRN), com a organização de treinamentos sobre combate ao tráfico de materiais nucleares e radiológicos, incluindo cooperação entre agências estatais e agências de aplicação da lei. Em termos de preocupações biológicas, também houve a construção de guias e direcionamentos sobre o combate a COVID-19, incluindo direções sobre enterros e comunicação de crise. Além disso, um ponto considerado de risco pelo Instituto é a segurança em grandes eventos. Portanto, foi fortalecido um sistema de treinamento sustentável na área:

A Estratégia de Segurança fornece um levantamento de ameaças, riscos e desafios encarados pelo setor de turismo em várias regiões do Chile, com o objetivo de identificar soluções apropriadas para mitigar aqueles riscos e melhorar medidas preventivas e de resposta para combater atividades criminais afetando o desenvolvimento do turismo (UNITED NATIONS, 2021, p. 15).

Esse estudo, por exemplo, gerou um manual para a América Central e Caribe, permitindo facilitar a troca de expertise e assistência técnica, bem como produzir novas ferramentas.

Deste modo, no campo das tecnologias, uma constante observação passou a ser os riscos e oportunidades da Inteligência Artificial, com treinamentos para agências de aplicação da lei, riscos e usos para combater ameaças à segurança e desafios éticos, legais e sociais. Por exemplo, o uso de análises *big data* para monitorar proliferação de armas de destruição em massa, controle e contabilidade de material nuclear e realidade virtual para treinar autoridades de fronteira. Após o surgimento da pandemia da COVID-19, o UNICRI redirecionou suas forças também para o combate ao uso de mídias sociais para usos maliciosos, como informações falsas sobre a covid-19 por grupos criminosos: “Monitoramento do Instituto identificou um aumento exponencial nos usos maléficos das mídias sociais para minar a confiança nos Governos e, ao mesmo tempo, reforçar narrativas

extremistas, estratégias de recrutamento e controle do território por grupos criminosos” (UNITED NATIONS, 2021, p. 12).

A fragilidade da economia, na pandemia da COVID-19, fez com que organizações criminosas se aproveitassem para expandir seu alcance e infiltrar a economia legal, incluindo verbas de setores chave como saúde, educação e proteção social, causando um fortalecimento da narrativa dos extremistas. Neste âmbito, buscou-se estimular o uso efetivo da tecnologia para que as pessoas fizessem decisões informadas e construíssem uma relação mais forte com a verdade e a justiça. Além disso, concluiu-se uma recomendação de criação de manual de inovação em inteligência artificial, responsável direcionado a agentes da lei, acompanhado de análises e publicações de artigos – já em andamento – para disseminar o conhecimento sobre o status dos usos de inteligência artificial. Por fim, o UNICRI participou de workshops regionais sobre o tema na África e América Latina.

Logo, com o objetivo de fortalecer o Estado de Direito em países em situação de pós-conflito, o Instituto direcionou seus esforços ao combate à corrupção e fortalecimento da democracia: “Em 2020, o UNICRI se aventurou em fortalecer o desenvolvimento sustentável, construção da paz e processos democráticos ao promover instituições confiáveis e o Estado de Direito e construir instituições judiciais fortes em países pós-conflito” (UNITED NATIONS, 2021, p. 10). Portanto, isto implica colocar os programas nacionais de justiça juvenil mais próximos dos padrões internacionais, tratar as necessidades e falhas das políticas antiterroristas, realizar treinamento de militares e *peacekeepers*, proteger a herança cultural, fornecer aos legisladores mapas de ajustes legais e operacionais para aumentar a eficiência no combate à corrupção e focar na justiça como método de prevenção.

O UNICRI, desta forma, coloca o fortalecimento da família como barreira para o uso das drogas e atividades extremistas, suas palavras-chave são: prevenção do crime, justiça, direitos humanos, estado de direito e desenvolvimento. O olhar está voltado para o risco de vitimização. Segundo o UNICRI, o crime atrapalha o desenvolvimento. Portanto, o Instituto define quais são as falhas e as soluções, sempre reforçando sua expertise na área:

[...] a pesquisa realizada pelo Instituto também apoiou a formulação de estratégias orientadas de política social e criminal ao explorar como o crime e a violência prejudicam o desenvolvimento e promoveu análises feitas submedida para os Estados Membros. Ao disseminar dados qualitativos e quantitativos e analisar as tendências no crime, o Instituto ajudou Estados Membros a elevar a conscientização sobre as necessidades e falhas nos sistemas de justiça criminal e quadros de política relacionados (UNITED NATIONS, 2021, p. 4).

No caso do terrorismo, o Instituto identifica os seguintes fatores de risco: “Atenção particular foi colocada na exposição à violência e insegurança; o papel realizado pela auto identificação com grupos étnicos e religiosos como condutores de engajamento em violência; e a atitude dos entrevistados em relação ao Ocidente” (UNITED NATIONS, 2021, p. 7).

Nos primórdios do UNSDRI, logo, realizavam-se pesquisas e projetos em torno do crime e do criminoso já constituídos. Isso quer dizer que, seguindo os preceitos da Escola Positivista do Direito Penal, por muito tempo, a Defesa Social consistia em defender a sociedade contra o criminoso, ou seja, contra o sujeito que pratica o crime. Isto implica que a pena era um tratamento com função de tornar o infrator útil à sociedade ou neutralizar sua potencialidade de transgredir – uma prevenção individual (MIOTTO, 1980, p. 51). Neste contexto, o delinquente é o inimigo.

A partir deste relatório anual de 2020, conclui-se, por outro lado, que o UNICRI pautou suas ações a partir da teoria da sociedade de risco. As palavras-chave ao longo do documento são “risco” e “prevenção”, repetidas diversas vezes em distintos projetos do Instituto. O problema não é mais o sujeito, mas sim o objeto – o crime – e este pode ser previsto. Estamos constantemente em risco, logo, devemos trabalhar na prevenção. Esta, por sua vez, precisa ser efetuada do macro até o micro, como podemos observar nas diferentes atividades promovidas pelo Instituto – projetos em parceria com Estados e suas agências de segurança até atuações locais focadas na comunidade.

Essas atividades são planejadas e executadas para melhorar as condições de vida, o que inclui solução ou mesmo eliminação de problemas e dificuldades que afligem as pessoas, as famílias, os grupos e as comunidades, como também possibilidades para as pessoas realizarem suas aspirações, progredindo profissional, econômica, social e culturalmente, e terem adequados lazeres para distender as tensões físicas e psíquicas do dia-a-dia (MIOTTO, 1980, p.54,).

A autora classifica este tipo de prevenção como indireta, *a priori*, e afirma que a ONU, já no período de 1980, solicitou aos países que criassem um órgão específico para este tipo de defesa social e aderissem a esse método. Notadamente, no início, poucos Estados abraçaram a ideia. No entanto, Miotto cita alguns exemplos, dentre eles a Venezuela e o Brasil. A maioria dos países que aderiram ao procedimento não deixam claros em seus

documentos que se trata de uma prevenção indireta, *a priori*, e Miotto sugere que tal fato possa aumentar a eficácia das atuações.

Trata-se, agora, de cooperação mais ampla, não se restringindo à prevenção direta do crime, havendo de ser também indireta, e ampliando-se para incluir o controle da criminalidade. Para maior eficiência de semelhante cooperação, é aconselhável que a atividade desenvolvida seja interdisciplinar. A ONU com intuito de colaborar com os países e, ao mesmo tempo, encorajar os de uma mesma região a colaborar entre si, criou *institutos* adequadamente sediados nos continentes (MIOTTO, 1980, p. 59).

Portanto, neste capítulo demonstramos, com dados qualitativos, como o UNICRI confere valor e utilidade, além de utilizar dispositivos biopolíticos para o combate ao que ele define como crime. No terceiro capítulo, abordaremos como a ideia da sociedade de risco está enraizada no Instituto atualmente, conforme pudemos observar na análise deste Relatório Anual de 2020.

### 3.3 EM DEFESA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Nesta última etapa do nosso trabalho, aprofundaremos nossas observações acerca do conceito de Sociedade de Risco, e como ele se relaciona com o desenvolvimento do UNICRI, bem como da sociedade em um espectro mais amplo. Primeiramente, abordaremos a Teoria da Escola Inglesa de Relações Internacionais, mais especificamente seu conceito de Sociedade Internacional. Em segundo lugar, faremos um panorama do surgimento das teorias de risco e, posteriormente, demonstraremos seus traços nas atividades dos Instituto. Após a Segunda Guerra Mundial, houve o surgimento de uma ideia muito mecanicista do Sistema Internacional, logo, a Escola Inglesa tratou de ressignificar o conceito de Sociedade Internacional para abarcar um espectro mais amplo das relações deste sistema. Justo porque, para esses autores, as relações internacionais são mais do que simplesmente poder, segurança, riqueza e capacidades; são também sobre associações, costumes, interesses legítimos, equidade e discordâncias (BUZAN, 2014, p. 6). Ou seja, esta escola observa com uma lente mais plural. A sociedade internacional, portanto, é constituída por institucionalização de interesses, identidades e normas.

Para Bull, a sociedade de Estados trata da manutenção do sistema, da soberania estatal, da paz (não idealista), buscando mais cooperação em detrimento da violência seguido

o conceito da guerra justa. A manutenção da ordem, sendo assim, parte de interesses, elementos e princípios comuns, regras do direito internacional, instituições para assegurar a eficácia das normas, além do equilíbrio de poder – enquanto capacidade de influência global (SARFATI, 2005, 130).

Para Foucault, o sujeito é um produto do poder, em contraponto ao sujeito como dado natural defendido pelos teóricos anteriores. Portanto, podemos considerar que “a análise do poder parte dos efeitos de submissão frutos dos operadores de dominação das relações de poder presentes na sociedade” (BARROS, [2020?], p. 9). Os indivíduos, então, são alvos de um poder produtivo dentro do estado civil. Podemos afirmar que os Estados-Nação, por sua vez, também estão sujeitos a estes mecanismos de relação de poder a nível internacional. Lembrando que, se considerarmos o panóptico como modelo da sociedade disciplinar, podemos perceber sua importância ao ser aplicado em diferentes ambientes e níveis da sociedade (em âmbito nacional ou internacional).

A liberdade, por sua vez, é um produto do governo necessário para o bom exercício do mesmo em prol da razão de Estado do século XVIII. Esta liberdade está intrinsecamente conectada à segurança, no sentido de que a “[...] vigilância somente será tida como parceira da liberdade se ela contar com a colaboração dos próprios indivíduos que são vigiados” (BARROS, [2020?], p. 17) – justamente, porque os sujeitos observam não somente a disciplina do outro, mas também a de si mesmos. Com isso, os governantes conseguem produzir liberdades, expectativas e desejos e podem conduzi-los de maneira mais eficiente dentro do escopo de seu controle. A nível internacional, podemos observar as diferentes instituições, principalmente no caso da ONU, produzindo liberdades e as gerenciando.

Neste contexto, é importante frisar que o governo biopolítico trabalha através de dispositivos de segurança, realizando a “[...] gestão das populações em suas regularidades” (BARROS, 2016, p. 217), ou seja, fatores como natalidade, mortalidade e criminalidade. Neste contexto, apresentamos a decomposição utilitária da pobreza que consiste em fixar a pobreza no aparelho de produção, a fim de torná-la útil. Assim sendo, “o objetivo é assegurar à população, urbana sobretudo, o mínimo necessário para sua subsistência, evitando assim a revolta” (BARROS, 2016, p. 219). Walters afirma em sua obra que:

A administração de populações em risco (aquelas “em risco” de má saúde, desemprego, vitimização criminal, dependência de benefícios e assim por diante) assim como indústrias de risco (em risco de perda de lucro, desvalorização de ações, produtividade reduzida) tornaram-se objetivos chave das autoridades regulatórias (SIMON, 1987; CARRIERE, 1994

APUD WALTERS, p. 207, 2015). A identificação de grupos de risco (através de disseminação de informação e implementação de estratégias de administração de risco) torna-se casada ao processo de predição e medição (SIMON, 1992 APUD WALTERS, p. 207, 2015).

Deste modo, observamos esta dinâmica no sistema internacional ao vermos os projetos de ajuda financeira – muitos supervisionados pelo UNICRI – tratando a escassez como algo natural, apenas minimizando o problema sem resolvê-lo pela raiz.

Dito isto, o mercado de segurança é pautado na sua ideia principal: o risco e, secundariamente, o seguro<sup>3</sup>. Aqui nos focaremos no primeiro. O risco é sempre calculável a partir da regularidade dos eventos e a probabilidade de ocorrência; é também coletivo, pois afeta uma população; e, por fim, é um capital para o irreparável ou indenizável (BURCHELL; GORDON; MILLER, 1991, p. 201-204). A sociedade de risco, na modernidade tardia, portanto, foca na atitude calculada dos indivíduos e instituições, ou seja – risco, confiança e segurança.

Logo, têm-se riscos fabricados e as inovações tecnológicas tornam-se riscos globais, gerando uma sociedade obcecada com a segurança. Aqui entram preocupações como a Estatística e as Ciências Humanas como forma de gerenciar populações – debate forte com Michel Foucault –, envolvendo tópicos como chances, probabilidades e aleatoriedade (BURCHELL; GORDON; MILLER, 1991, p. 130). Além disso, observa-se o impacto da mídia de massas produzindo imagens do crime.

Outro ponto importante foi o ataque de 11/09/2001, quando se fortaleceram as ideias de segurança internacional contra o terrorismo como ameaça à liberdade. Neste contexto, três conceitos ganharam força: paixão, simbolismo e poderio militar (CARRINGTON; HOGG, 2002, p. 191). Desde então, a política da sociedade de risco tem se estabelecido cada vez mais, não só no nosso dia a dia individual, como também na rotina internacional. Aqui, é importante lembrar que no sistema internacional não há uma agência centralizada com o exercício da violência; apenas cooperações dentro do sistema ONU. Os conflitos internacionais são organizados e controlados exclusivamente pelos Estados. No entanto, essa ordem – de certa forma hobbesiana da criminologia – começa a dar lugar a uma privatização da proteção e da violência, estando cada vez mais nas mãos de atores não-estatais. O UNICRI, neste contexto, acompanha estas mudanças, como podemos observar

---

<sup>3</sup> Para mais informações consultar a obra *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, mais especificamente o capítulo intitulado *Insurance and Risk* de François Ewald.



através de suas atividades como, por exemplo, com ONG 's, fundações, instituições de ensino e, também, empresas.

Desta forma, a ideia de que a estabilidade social de um Estado gera empréstimos, ajuda financeira, trocas e comércio, faz com que os estudos criminológicos ganhem força para estudar as causas e prevenção do crime, após o fim da Guerra Fria (WALTERS, 2015, p. 208). No entanto, está estagnado até hoje o estudo apenas no limite do necessário, para que o Estado possa manter o controle sobre a população – novamente, sem resolver as raízes dos problemas. Não obstante, é importante observar que o crime, por volta de 1950, torna-se um tópico dentro do Sistema ONU como problema social, logo, possui consequências internacionais. Um dos exemplos é a preocupação constante desde o UNSDRI até o UNICRI com a juventude, criminalizando este grupo; ou seja, a denominada delinquência juvenil. Os jovens são a tabela de oportunidade dos países, por isso a preocupação com a intervenção neste grupo, já na forma também de prevenção. É importante notar que, na década de 1980, os jovens encontravam-se, majoritariamente, nos países do Sul Global, demograficamente falando. Isso implica que, ao criminalizar subgrupos da juventude, são esses países os penalizados dentro da sociedade internacional.

Por fim, conclui-se que o crime foi um conceito majoritariamente determinado pelo Estado, de acordo com seu Código Penal e sistema de justiça, sofrendo mutações ao longo do tempo; as maiores mudanças foram em como controlá-lo e suas punições. A defesa social, por sua vez, foi um conceito que ganhou força, quando entrou no Sistema ONU em um contexto de crises internacionais e, principalmente, por criar uma relação entre crime e estabilidade econômica. Como resultado, a criminologia aumentou suas pesquisas, primeiramente financiadas pelo Estado que, posteriormente, tomaram direções radicais ou divergentes. Além disso, todos estes aspectos estão presentes ao longo das atividades do UNICRI, pois o mesmo foi se modificando ao longo do tempo, segundo as tecnologias e as novas emergências da sociedade, no intuito de criar uma homogeneização – ou normalização – na maneira como o crime e os criminosos são tratados pelos países da sociedade internacional. Atualmente, as atividades do Instituto são focadas na prevenção, atuando no macro e no micro das populações, definindo quais são os grupos de risco, como prevenir o crime nestes contextos, bem como a forma de lidar com os criminosos já condenados. Desta maneira, é o órgão de produção epistêmica de controle criminológico internacional que irradia saber-poder, através de todas as suas atuações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de uma extensa pesquisa iniciada mesmo antes da elaboração deste projeto. Todo o processo da graduação da autora moldou este texto, proveniente da América Latina, uma reflexão crítica desde o Sul Global para o Sul Global. A aproximação com os conceitos de Michel Foucault é resultado de participação em disciplinas sobre o mesmo, seguida do envolvimento em um projeto de Iniciação Científica com o tema “Racismo de Estado em Michel Foucault”. Dito isto, abordamos esta obra desde a perspectiva da genealogia, ou seja, uma análise minuciosa das atividades e discursos, contra os seus efeitos centralizadores de poder - neste caso, as instituições e disciplinas da Criminologia. Sendo assim, buscamos ser o ponto de combate nos estudos criminológicos.

Logo, durante a pesquisa sobre o Racismo de Estado, foi desenvolvida uma extensa fundamentação teórica sobre Foucault, estudando seus principais conceitos. O conceito de poder é um dos mais importantes para compreender o pensamento foucaultiano, pois, segundo ele, o poder não é repressivo, é produtivo e se exerce na forma de relações de força – chamadas relações saber/poder. Os conceitos de disciplina e biopolítica conformam o biopoder, que é o poder de gerir a vida; a primeira, atua nos indivíduos, anátomo-política do corpo humano, enquanto a segunda atua nas populações, no corpo-espécie.

O racismo inicia-se com uma formação discursiva que divide a sociedade de maneira binária, sendo justificativa para a opressão de grupos sobre outros – a luta das raças. Esta perspectiva dará lugar à ideia da pureza da raça, com o Estado como protetor desta pureza. O Racismo de Estado, então, opera com a fragmentação do contínuo biológico para definir categorias dentro da sociedade, bem como recupera a antiga relação guerreira em que é preciso matar o outro para que eu possa sobreviver. A normalização, então, permite que o Estado atue na vida e morte das populações. Neste ponto, temos uma observação a nível nacional e, neste trabalho, elevamos a análise a nível internacional a partir do estudo do UNICRI.

Para tanto, dissertamos sobre as correntes teóricas das Relações Internacionais na Modernidade e, posteriormente, na pós-modernidade, a fim de demonstrar como as novas premissas são mais eficientes para responder nossas perguntas. A produção de conhecimento gera discursos dominantes que desenvolvem as relações de poder que precisamos saber identificar, pois possuem mecanismo de reprodução e práticas discursivas que legitimam

valores, normas e até afetos. Por isso, utilizamos o arcabouço conceitual de Michel Foucault e da pós-modernidade, justo porque, assim, conseguimos melhor identificar as ausências do nosso sistema internacional e as exclusões que possuem consequências em todos os níveis da sociedade, para assim combatê-las. O controle social possui duas faces: a totalizadora e a individualizante, e ambas buscam normalizar a sociedade, inclusive internacional.

Deste modo, analisamos o UNICRI, com o objetivo de esquadrihá-lo em seu funcionamento prático e discursivo para compreender seus efeitos de saber-poder, justo porque é um organismo que não é estudado, é apenas estudado a partir dele. Ainda, este órgão cria e dissemina qual deve ser o conceito de Crime e fortaleceu um novo conceito para a Criminologia: o de defesa social. Assim, ele define quem vive e quem morre dentro da sociedade internacional – indivíduos, Estados, sociedade civil.

No Capítulo 2 realizamos uma extensa análise da história do Instituto, criado em 1960 sob a nomenclatura de Instituto de Defesa Social das Nações Unidas (UNSDRI). Nesta fase, seu objetivo maior era a coleta de dados sobre crime e justiça nos diferentes países, desde aspectos arquitetônicos, até econômico-sociais e legislativos. Com o sucesso de seu funcionamento, a Assembleia Geral da ONU determinou um novo Estatuto para o agora Instituto Inter-regional de Pesquisa para o Crime e Justiça das Nações Unidas (UNICRI). Nesta etapa demonstramos o funcionamento interno do organismo para melhor compreender sua forma de atuação e como atingem seus resultados.

Neste momento, podemos examinar como o Instituto faz funcionar as lógicas de poder, colocando-se como um mecanismo panóptico: fazer crescer e multiplicar. O UNICRI funciona como a torre central da prisão de Bentham, ele vigia e relata, assim, produzindo normas altamente específicas que são irradiadas dentro do sistema. Tanto é que uma das principais atividades do mesmo, são os treinamentos, que exemplificamos anteriormente, pois esta é uma das formas de disseminação da norma. Assim, concluímos que os anos do UNSDRI focaram na coleta de informações e relatos, para posteriormente o UNICRI – além de vigiar e relatar – disseminar e irradiar qual deve ser a concepção de crime e como deve ser abordado. Ou seja, é responsável pelo controle social da área criminológica e normaliza a sociedade internacional, reproduzindo a estrutura de controle do panóptico.

Um dos pontos mais importantes do panoptismo é a invisibilidade do agente do poder nesta modalidade, como podemos observar com o UNICRI, sendo base de dados e fonte de informação técnica, porém não tendo nenhum estudo sobre o mesmo. Ele controla o crime, mas não é visto pelas populações afetadas por ele. Além disso, este órgão gera as

transgressões do sistema, inserindo-as na lógica da docilidade-utilidade, assim, controlando-as e tirando proveito das mesmas. Ou seja, o poder consegue absorver a resistência e torná-la parte do sistema de controle. Conforme o saber-poder extrai o conhecimento dos indivíduos sobre eles mesmos, obtém a capacidade de controlá-los e submetê-los. Isso justifica a estratégia de primeiramente coletar as informações dos países para depois inseri-los em suas atividades, fazendo com que os próprios indivíduos alvos reproduzam o saber-poder que acaba por normalizá-los.

No Capítulo 3, abordamos primeiramente o desenvolvimento da disciplina de criminologia, recorrendo a autores específicos da área. Passamos pelas teorias Clássicas, a Escola Positivista do Direito, as primeiras sociologias do crime no século XX e a formação das teorias radicais, no fim do século XX em diante, sendo neste último momento, onde o UNICRI se consolida. Neste período, eram altamente debatidas as questões dos Direitos Humanos, as teorias comparativas, ideias sobre globalização e sua relação com o crime e a teoria da sociedade de risco.

A abordagem deste capítulo envolveu a análise comparativa de dois Relatórios Anuais: o Relatório Anual de 1988 do UNSDRI, e o Relatório anual de 2020 do UNICRI. Uma constante ao longo do funcionamento do organismo tem a ver com as questões arquiteturais das prisões, bem como seus funcionamentos internos; além disso, os temas das legislações penais também são observados em ambos os relatórios. A política de combate às drogas permanece como tópico forte dentro do Instituto, tendo o tema de Direitos Humanos, principalmente, voltado às juventudes.

O UNSDRI realizou diversas atividades comparativas e *surveys* para coleta de dados com os países, além de participar em congressos e buscar construir pontes com outros órgãos das Nações Unidas, sendo este último um processo fortalecido dentro do UNICRI. Os treinamentos e atividades de desenvolvimento de capacidade técnica foram fortalecidos na época do UNICRI, com foco especial nos países em desenvolvimento. Uma das principais mudanças do Instituto é uma maior atenção ao crime organizado, possuindo cada vez mais projetos para o tema. Além disso, é importante lembrar que, após a Segunda Guerra Mundial, o crime se tornou sinônimo de instabilidade interna, ou seja, a segurança virou uma moeda de troca dos Estados.

No relatório de 2020, é possível observar como o órgão fortaleceu suas pesquisas com o objetivo de combate ao crime através das tecnologias, preocupação com Inteligência Artificial e o uso das mídias sociais. Seu foco segue sendo a juventude, agora o terrorismo e

os grupos vulneráveis. Com isso, concluímos que o Instituto evolui suas preocupações conforme o crime se desenvolveu, além de englobar as questões de vulnerabilidade social, a fim de evitar a revolta dos povos. Uma população com uma condição econômica-social minimamente satisfatória não se revolta e, assim, o sistema se mantém.

Outro aspecto interessante é como o UNICRI passou a utilizar suas formas discursivas para combater as narrativas de quem ele define como inimigo, agora utilizando a nomenclatura do terrorismo. Suas atividades estão muito bem construídas para disseminar o saber-poder de forma horizontal, no macro e no micro, demonstrando o uso eficiente da capilaridade do poder. É importantíssimo notar que uma das prioridades estratégicas do Instituto é o fortalecimento do Estado de Direito, que é uma construção notadamente Ocidental, arraigada nos princípios da democracia liberal, podendo afirmar que um dos objetivos é a normalização da sociedade internacional segundo suas premissas.

A principal mudança discursiva, então, é o foco na prevenção, não mais apenas no crime e no criminoso, mas em como controlá-lo para que ele nem sequer exista, ou exista apenas quando convém ao sistema. O inimigo não é mais o delinquente, mas sim o crime, e este pode ser previsto. Isto é possível, partindo da lógica da Sociedade de Risco, em que estamos sempre correndo risco de algo, portanto, precisamos nos prevenir contra tudo e contra todos. Ou seja, a prevenção deve partir do macro – agências de segurança – até o micro – comunidades. Vemos aqui novamente a capilaridade do poder, utilizando todos os seus dispositivos disponíveis para atingir o máximo de controle possível. Como os indivíduos estão sujeitos aos mecanismos de controle a nível nacional, os Estados-Nação, membros da sociedade civil e organismos não-governamentais, bem como organizações internacionais, também estão sujeitos a mecanismos de controle - desta vez, a nível internacional. A produção de liberdades é uma das principais formas de controle dos governantes, pois eles mesmos as produzem e gerem. Isso ocorre com os agentes na sociedade internacional também, tendo suas liberdades produzidas, e seus riscos criados para que se submetam aos mecanismos de prevenção que são também mecanismos de controle. Essa narrativa ganhou força, principalmente após o ataque de 11/09/2001, com a retórica do medo e da insegurança.

Logo, conclui-se que o UNICRI é o instituto de produção epistêmica criminológica dentro do sistema internacional, visando à normalização da sociedade internacional. Seu papel é o de panóptico, enquanto a delegacia internacional está nas mãos de organizações militares específicas como Europol, Interpol e até mesmo a OTAN e órgãos nacionais. No

entanto, essas instituições respondem às premissas criminológicas desenvolvidas pelo UNICRI, pois o Instituto as disseminou, através de suas atividades, treinamentos e publicações. Finalmente, utilizando este ponto de partida, pensando em futuras pesquisas, buscaremos trazer a ONU Populações para este debate, visto que não conseguimos realizar uma pesquisa em tempo hábil para tal. Além disso, outro ponto que pensamos analisar é a disseminação do UNICRI no Conselho de Segurança da ONU e suas relações.

## REFERÊNCIAS

- ABOUT UNICRI. **UNICRI**. Instituto Inter-regional de Pesquisas das Nações Unidas para o crime e a Justiça (United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute). 2019. Disponível em: <<http://www.unicri.us/institute/>>. Acesso em: 11 mai. 2019.
- ALVES, A. P.; BARROS, J. Racismo de Estado em Michel Foucault / State Racism in Michel Foucault. **Profanações**, v. 5, n. 2, p. 179-191, 2018.
- ASHLEY, R. “Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique”. Millennium: **Journal of International Studies**, v. 17, n. 2, p. 227-262, 1988.
- BARROS, J. **Críticas de Foucault ao Liberalismo: Do Contrato Social ao Projeto de Paz Perpétua**. [S.l.], [2020?]. No prelo.
- \_\_\_\_\_. A Cidade Biopolítica: Dispositivos de segurança, população e homo oeconomicus. **Problemata: R. Intern. Fil.** v. 7. n. 1. p. 216-233. 2016. ISSN 2236-8612 doi: <http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v7i1.27701>.
- BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILER, P. **Foucault Effect: studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- BUZAN, B. **An Introduction to the English School of International Relations: The Societal Approach**. Cambridge: Polity. 2014
- CARRABINE, E; COX, P.; LEE, M. et al. **Criminology: a sociological introduction**. New York: Routledge, 2009.
- CARRINGTON, K.; HOGG, R. **Critical Criminology: Issues, debates, challenges**. Cullompton: Willan Publishing, 2002.
- CAMPBELL, D. “Global Inscription: How Foreign Policy Constitutes the United States”. **Alternatives**, v. 15, n. 3, p. 263-286, Summer, 1990.
- \_\_\_\_\_. Writing Security. **United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **National Deconstruction: violence, identity, and justice in Bosnia**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998b.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade: A Vontade do Saber**. 1. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. 42 ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2014b.

HISTORY OF UNICRI. **UNICRI**. Instituto Inter-regional de Pesquisas das Nações Unidas para o crime e a Justiça (United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute). 2019. Disponível em: <[http://www.unicri.us/institute/about\\_unicri/history/](http://www.unicri.us/institute/about_unicri/history/)>. Acesso em: 11 mai. 2019.

LEMO, F. C. S.; JÚNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 353-357, 2009.

LIMA, J. B.; MUNIZ, M. M. J.; PEREIRA, M. C. Foucault e os estudos organizacionais: ampliando as possibilidades de análise. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 93-110, jan. 2007. ISSN 2175-8077. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/1750>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

MANGO, Anthony (ed.); OSMÁNCZYK, Edmund J. **Encyclopedia of the United Nations and international agreements**. 3. ed. Nova York: Routledge, v.1, 2003. ISBN 0415939216.

MIOTTO, A. B. Defesa Social. **R. Fac. Dir. UFG**. 4 ed. vol. 1, jan-jun. 1980.

RESENDE, E. S. A. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010. (Coleção Relações Internacionais, 2).

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARFATI, G. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva. 2005.

UNITED NATIONS. Commission on Crime Prevention and Criminal Justice. **Economic and social council**. Vienna, 21 May 2021. Issued without formal editing.

\_\_\_\_\_. Economic and Social Council. **Report of the United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute**. 2020a. Disponível em: <<https://undocs.org/E/CN.15/2020/8>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Economic and Social Council. **Statute of the United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute**. 1ª ses. Nova York, 1989.

\_\_\_\_\_. United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute. **New Report: Artificial Intelligence and Robotics for Law Enforcement**. 2020b. Disponível em: <[http://www.unicri.it/in\\_focus/on/interpol\\_unicri\\_report\\_ai](http://www.unicri.it/in_focus/on/interpol_unicri_report_ai)> Acesso em: 27 set. 2020.

\_\_\_\_\_. United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute. **Statute**. Turin, 2006.

\_\_\_\_\_. United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute. **Who we are: Governing Body**. 2020c. Disponível em: <<http://unicri.it/governing-body>>. Acesso em: 28 out. 2020.



UNITED NATIONS SOCIAL DEFENSE RESEARCH INSTITUTE (UNSDRI). **United Nations Social Defense Research Institute (U.N.S.D.R.I):** annual report, 1988. Rome: United Nations Social Defense Research Institute, 1989.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside:** International Relations as a Political Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTER, R. Social Defence and international reconstruction: illustrating the governance of post- war criminological discourse. **Theoretical Criminology.** London, Thousand Oaks and New Delhi: SAGE Publications. v.5. n. 2. p. 203-221. 2001.

SHAPIRO, M. **Language and Politics.** New York: New York University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **The Politics of Representation:** Writing Practices in Biography, Photography, and Policy Analysis. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

\_\_\_\_\_. **“Textualizing Global Politics”.** In: DER DERIAN; SHAPIRO. p. 11-22. 1989.

\_\_\_\_\_. **Violent Cartographies:** Mapping Cultures of War. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

\_\_\_\_\_. **Cinematics Geopolitics.** London: Routledge, 2009.

## **ANEXOS**

**Anexo A – Tabela de dados das atividades encontrados no site do UNICRI.**

	<b>Instituição</b>	<b>Natureza</b>	<b>Área de atuação</b>	<b>Exemplos de atividades conjuntas com o UNICRI</b>
1	Agência Espacial Europeia	Organização Internacional		European Union Chemical Biological Radiological and Nuclear Centres of Excellence Initiative: 9th National Focal Points Round-table Meeting for Central Asia (2019)
2	Agência Internacional de Energia Atômica	Organização Internacional	Agência especializada. Cooperação técnica e científica no campo nuclear e desencorajamento no uso militar.	CBRN Risk Mitigation and Security Governance Programme.  Workshop on Chemical, Biological, Radiological, Nuclear (CBRN) risk mitigation with Tanzanian CBRN key stakeholders (2015)  Implementing Guide on Radiological Crime Scene Management (publicação)
3	Banco Mundial	Organização Internacional	Redução da pobreza e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento.	New pilot project to fight falsified and sub-standard medicines in developing countries (2014)  Workshop on “Using big data analytics to reinforce security.” (2016)
4	Centro Internacional de Ciência e Tecnologia (ISTC)	Organização internacional	Facilitar projetos científicos internacionais, prestar assistência	European Union Chemical Biological Radiological and

			aos cientistas globais e negócios da área, bem como institutos.	Nuclear Centres of Excellence Initiative: 9th National Focal Points Round-table Meeting for Central Asia (2019)
5	Centro Ambiental Regional para a Europa Central e Oriental	Organização Internacional	Cooperação na área de soluções sustentáveis em diversas áreas especializadas do meio ambiente.	Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)
6	Centro Regional da Convenção de Basileia na China	Organização Internacional	Controle de emissão de poluentes - POP, PCB e Eletrônicos.	Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)
7	Interpol	Organização Internacional	Disseminação de informações sobre crimes e criminosos, bem como suporte técnico e operacional.	CBRN Risk Mitigation and Security Governance Programme.  Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)  3rd INTERPOL-UNICRI Global Meeting on AI for Law Enforcement (2020) + produção de um relatório
8	Organização do Tratado do Atlântico Norte	Organização Internacional	Aliança militar e política para liberdade e segurança.	High-Level Event: Artificial Intelligence and Robotics - Reshaping the Future of Crime, Terrorism and Security (2019)  European Union Chemical Biological Radiological and

				<p>Nuclear Centres of Excellence Initiative: 9th National Focal Points Round-table Meeting for Central Asia (2019)</p> <p>Stakeholders Meeting on Maritime Piracy in Somali Coast: a Global Approach (2009)</p>
9	Organização dos Estados Americano, em particular o Comitê Inter-Americano contra o Terrorismo (OAS-CICTE)	Organização Internacional	Promover a democracia, paz, cooperação jurídica e desenvolvimento sócio-econômico entre os membros. Cooperação para combate, prevenção e eliminação do terrorismo.	<p>Virtual roundtable discussion “Major sporting events: reshaping the way forward in the COVID-19 transitional era.” (2020)</p> <p>5th International Permanent Observatory (IPO) - 2012 - fundado em 2007 pelo UNICRI e OEA</p> <p>Tourism security programme 2016-2019 in Central America and the Caribbean</p>
10	Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear	Organização Internacional	Pesquisa e inovação na área da física; possui o maior acelerador de partículas do mundo.	<p>10th Round Table Meeting Eastern and Central Africa and experts’ meeting on chemical waste management (2018)</p> <p>5th Meeting of the Cambodian National Authority for the Prohibition of CBRN Weapons (2016)</p> <p>CBRN Risk Mitigation and Security Governance Programme.</p>

11	Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento Econômico	Organização Internacional	Estimular o progresso econômico e o comércio entre os países.	Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)
12	Organização Mundial das Alfândegas	Organização Internacional	Implementar normas aduaneiras e fornecer apoio técnico e disseminação de informação entre as alfândegas.	CBRN Risk Mitigation and Security Governance Programme.  Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)
13	Organização para a Proibição das Armas Químicas	Organização Internacional	Trabalhar pelo fim do uso de armas químicas e sua ameaça.	Workshop on “Using big data analytics to reinforce security.” (2016)  Development of the CBRN National Action Plans (2014)
14	União Internacional de Telecomunicações	Organização Internacional	Agência especializada. Facilitar a conectividade das redes internacionais de comunicação.	Webinar “Keeping our children safe with artificial intelligence” (2020)  UNICRI Centre for AI and Robotics
15	Bundeswehr (Forças Armadas da Alemanha)	Órgão Nacional	Exército alemão.	European Union Chemical Biological Radiological and Nuclear Centres of Excellence Initiative: 9th National Focal Points Round-table Meeting for Central Asia (2019)

16	Departamento de Polícia de Nova York	Órgão Nacional	Maior força policial municipal do mundo.	High-Level Event: Artificial Intelligence and Robotics - Reshaping the Future of Crime, Terrorism and Security (2019)
17	Departamento Federal de Investigação dos EUA (FBI)	Órgão Nacional	Serviço de inteligência e polícia de investigação.	<p>“Chemical and Biological Weapon Mobile Laboratory Prevention” workshop (2019)</p> <p>2nd INB Network Partners Meeting (2018) - (International Network on Biotechnology)</p> <p>Workshop on “Using big data analytics to reinforce security.” (2016)</p> <p>"National and Transnational Security Implications of Big Data in the Life Sciences," - publicação/relatório (2014)</p>
18	Serviço Nacional de Investigação Criminal da Noruega	Órgão Nacional	Agência nacional responsável por lidar com crime organizado e crimes graves.	High-Level Event: Artificial Intelligence and Robotics - Reshaping the Future of Crime, Terrorism and Security (2019)
19	Sandia National Laboratories	Órgão Nacional	Segurança nacional e inovação tecnológica nas áreas de ciência e engenharia. Operado por empresa privada, mas financiado	Knowledge Management System Kick-off meeting (2008)

			pelo governo dos Estados Unidos.	
20	CropLife International	Organização Não-Governamental	Sem fins lucrativos. Associação comercial na área do agronegócio, em defesa da biotecnologia, agricultura sustentável e indústria da ciência das plantas.	Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)
21	Departamento Marítimo Internacional (IMB)	Organização Não-Governamental - Departamento especializado	Combate ao crime nos transportes e comércios marítimos, bem como suas tripulações. Parte da Câmara Internacional do Comércio.	International Meeting on Maritime Piracy off the coast of Somalia (2009)
22	Instituto Internacional para Gestão da Água	Organização Não-Governamental	Promover soluções sustentáveis para o desenvolvimento na área de gestão da água.	European Union Chemical Biological Radiological and Nuclear Centres of Excellence Initiative 9th National Focal Points Round-table Meeting for Central Asia (2019)
23	Pesticide Action Network Ásia-Pacífico	Organização Não-Governamental	Substituição de pesticidas perigosos por orgânicos e sustentáveis.	Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)
24	Universidade de Lund	Instituição Acadêmica	Universidade pública da Suécia.	Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)
25	Instituto Raoul Wallenberg de	Instituição Acadêmica	Pesquisa, análise, participação em	Expert Workshop focusing on illegal,



	Direitos Humanos e Direito Humanitário		fóruns e atividades nas áreas do direito humanitário.	counterfeit and substandard pesticides (2015)
26	Instituto Holandês de Relações Internacionais Clingendael	Think Thank	Contribuir academicamente para um mundo justo e sustentável.	<p>Specialized training course on Artificial Intelligence and Autonomous Robotics for media professionals (2016)</p> <p>High-level round table meeting on the UNICRI CBRN Risk Mitigation and Security Governance Programme (2014)</p>
27	Fondazione Cassa di Risparmio di Lucca	Fundação	Voluntariado. Saúde pública, desenvolvimento social local, treinamento e crescimento de jovens e assistência ao idoso.	Cybercrime and the risks for the economy and enterprises at the European Union and Italian levels (2014) - publicação/relatório
28	Instituto Pasteur de Dakar	Fundação	Centro biomédico de pesquisa para promover e proteger a saúde pública.	European Union Chemical Biological Radiological and Nuclear Centres of Excellence Initiative: 9th National Focal Points Round-table Meeting for Central Asia (2019)
29	1QBit Information Technologies, Inc.	Empresa	Software de computação.	<p>High-Level Event: Artificial Intelligence and Robotics - Reshaping the Future of Crime, Terrorism and Security (2019)</p> <p>UNICRI's Centre for Artificial Intelligence</p>

				(AI) and Robotics (2018) - parceria
30	Ernst & Young Global Limited	Empresa	Serviços de consultoria, impostos, auditoria e transações.	High-Level Event: Artificial Intelligence and Robotics - Reshaping the Future of Crime, Terrorism and Security (2019)
31	Google LLC	Empresa	Serviços online e softwares.	High-Level Event: Artificial Intelligence and Robotics - Reshaping the Future of Crime, Terrorism and Security (2019)
32	Odlum Brown Limited	Empresa	Consultoria de investimentos.	High-Level Event: Artificial Intelligence and Robotics - Reshaping the Future of Crime, Terrorism and Security (2019)
33	PredPol	Empresa	Previsão no policiamento. Uso de estatística para previsão de ocorrências criminais.	High-Level Event: Artificial Intelligence and Robotics - Reshaping the Future of Crime, Terrorism and Security (2019)
34	Reconnaissance International Ltd.	Empresa	Consultoria empresarial, especialmente na área de segurança.	Expert Workshop focusing on illegal, counterfeit and substandard pesticides (2015)
35	Trend Micro	Empresa	Softwares de segurança.	Malicious Uses and Abuses of Artificial Intelligence (2020) - publicação/relatório + europol